

DESTACÁVEL O que é a ITT
e como explora os trabalhadores

avancada

CGTP-IN

ANO 5 - N.º 39 - SETEMBRO 1980 - PREÇO 15\$00



AVCA

RUBEN

POPULARES LIVRARIAS

CDL

AS SUAS LIVRARIAS

LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS • LIVROS
ESCOLARES • DISCOS • CASSETTES • ARTESANATO
• POSTERS • SELOS • MEDALHAS • JOGOS
• BRINQUEDOS

ANGRA DO HEROÍSMO
LIVRARIA POPULAR DE ANGRA
Rua Rainha D. Amélia, 78-80 — Angra do Heroísmo

BEJA
LIVRARIA POPULAR DE BEJA
Rua de Mértola, 89 — Beja

COIMBRA
INTERLIVRO
Terreiro da Erva, 6 — Coimbra

ÉVORA
LIVRARIA BENTO DE JESUS CARACA
Rua Alarcova de Baixo, 13 — Évora

FARO
LIVRARIA POPULAR DE FARO
Rua 1.º de Dezembro, 13 — Faro

LISBOA
INTERLIVRO
Rua Pedro Nunes, 9A — 1000 Lisboa
CDL
Avenida Santos Dumont, 57C — 1000 Lisboa
OLIVAIS SUL — LIVRARIA POPULAR DOS OLIVAIS
Rua Cidade de Quelimane, 3C — Olivaís Sul

MARINHA GRANDE
LIVRARIA 18 DE JANEIRO
Rua António Campos Júnior, 3C — Marinha Grande

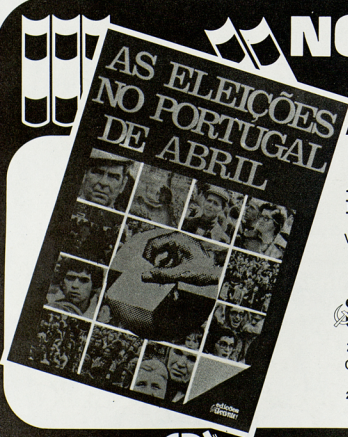
PORTO
LIVRARIA AVANTE
Rua de Aviz, 26 — Porto

SANTARÉM
LIVRARIA CAMINHO
Rua Pedro de Santarém — Santarém

SETUBAL
LIVRARIA MUNDO NOVO
Avenida 5 de Outubro, 180 — Setubal

VIANA DO CASTELO
LIVRARIA POPULAR DE VIANA
Rua da Picota, 38-40 — Viana do Castelo

VILA FRANCA DE XIRA
LIVRARIA SOEIRO PEREIRA GOMES
Rua Serpa Pinto, 77 — Vila Franca de Xira
DEPARTAMENTO DE VENDA DIRIGIDA
Avenida Santos Dumont, 57C — 1000 Lisboa



NOVIDADES

CDL

AS ELEIÇÕES NO PORTUGAL DE ABRIL

Vários Autores

edições
Avante!

240 páginas.
Cerca de 350 quadros de dados estatísticos

250\$00

CDL a distribuição

Órgão mensal da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses Intersindical Nacional

Rua Victor Cordon, N.º 1, 2.º - LISBOA

Director JOSÉ LUÍS JUDAS

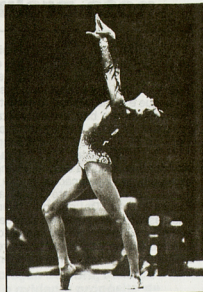
Livros recebidos	4
Editorial	5
Governo reforça controlo e manipulação da Comunicação Social	6
A «AD» de costas para os jovens	7
Aldeia da Juventude	8
O bloqueio do Governo «AD» à contratação colectiva: a manipulação e a realidade	10
DESTACÁVEL: O que é a ITT e como explora os trabalhadores	13
A política económica da «AD»	17
A Segurança Social: Importante frente de luta contra o governo «AD»	19
Documentos - Anteprojecto do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca na perspectiva sindical	21
XXII Jogos Olímpicos de Moscovo	23

ESTA EDIÇÃO CONTÉM 28 PÁGINAS

Condições de assinatura

Continente	- Anual (12 números)	165\$00
	- Semestral (6 números)	85\$00
Ilhas (Por avião)	- Anual (12 números)	260\$00
	- Semestral (6 números)	130\$00
Estrangeiro (Por avião)	- Anual (12 números)	500\$00
	- Semestral (6 números)	250\$00

 Pedidos à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
- Intersindical Nacional - Rua Victor Cordon, n.º 1-2.º
1294 LISBOA CODEX

 REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA VITOR CORDON, N.º 1, 2.º 1294 LISBOA CODEX COMPOSTO E
IMPRESSO NA RENASCENÇA GRAFICA, SARL - RUA LUZ SORIANO, 44 1200 LISBOA DISTRIBUIÇÃO: CCL
- CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA


Olimpíadas 80. Moscovo


 As multinacionais - Estados
dentro de um Estado

 Democracia e liberdade de infor-
mação

nota preliminar

A maior parte das cartas recebidas dos nossos leitores tem por tema quase exclusivo o escândalo (que já tem foros de nacional) da dívida que, segundo diversos jornais nacionais e estrangeiros, o sr. Francisco Sá Carneiro, que é ainda o Primeiro-Ministro do actual Governo, tem para com a banca nacionalizada portuguesa. Não podemos, de forma alguma, por motivos compreensíveis (falta de espaço incluído) publicar todas essas cartas. Seria fastidioso estar a encher a secção com um só assunto que, embora de grande importância e repercussão junto da população laboriosa e antifascista portuguesa, poderia levar até à saturação o interesse dos nossos leitores. Dai que publicamos apenas duas ou três dessas cartas, que nos parecem reflectir o sentir de todos os outros amigos que nos escrevem sobre o citado assunto, ao mesmo tempo que apresentamos as nossas desculpas a todos, correspondentes e leitores, pelo facto.

Belmiro da Costa - Coimbra

«Comecei a interessar-me por este problema da enorme dívida do sr. Sá Carneiro à banca nacionalizada somente quando «O Diário» fez sair um suplemento especial acerca deste escândalo público. E isto porque os numerosos documentos em que era baseada a sua defesa falavam, por si só, da veracidade dos factos. Se este caso crapuloso tivesse sido praticado no tempo de «antigamente», em que o peso do terror das botarras policiais/fascistas assustava as gentes portuguesas, a «coisa» seria mesmo abafada e a população portuguesa continuaria ignorando essa burla. Ou, então, falar-se-ia à boca pequena, com receio que pudesse ser bo-

ato, e tal e coisa... Mas, agora, não. A liberdade foi restaurada, assim como a democracia em Portugal, depois do glorioso 25 de Abril. E as pessoas, qualquer que seja a sua categoria social ou o lugar que desempenha na governação do País, têm de demonstrar, perante a opinião pública, em especial, a sua honorabilidade total. Sendo assim, se acaso surge uma denúncia de vigarice ou de desonestidade qualquer - neste caso a da enormidade de que se reveste o «Watergate português» - torna-se necessário e urgente que as pessoas visadas se defendam sem meias tintas, claramente, de forma a que possam ser escutadas e entendidas pela Nação toda inteira! De contrário, vir para a TV e negar, sem convicção, com palavras que nada têm a ver direc-

tamente com as acusações, sem apresentar as indispensáveis provas da sua inocência, é aceitar, sem remissão, as culpas de que é publicamente acusado.

Que o Povo português veja a parte do sr. Primeiro-Ministro um acto de coragem e honorabilidade, provando ser mentira as acusações que lhe fazem de ser devedor à Banca de 33 000 contos, e o Povo virá a acreditar nele, nas suas palavras, nas suas promessas. De contrário, cairá no desgosto do Povo português o tomar como um vigarista de alta envergadura. E não haverá promessas eleitorais (eleições, ficaria melhor), por mais bonitas que pareçam, que mereçam a mínima credibilidade da parte dos eleitores portugueses. E não se esqueça o sr. Sá Carneiro que as eleições estão à porta. E quem foi enganado, não quer voltar a ser enganado segunda vez, com falsas promessas...»

Joaquim José Cebola - Porto

«...O que mais me espanta, no caso da dívida do sr. Sá Carneiro à banca nacionalizada, foi a maneira sorrateira e desonesta como as coisas se processaram... Talvez pensassem esses srs. que ainda estávamos no tempo do negro e infundável túnel do tirânico e feroz regime de Salazar e Caetano em que se faziam as maiores vigarices, sem que as mesmas chegassem ao conhecimento do povo. Porque, sem cúmplices bem colocados nos lugares-chave do banco onde a falcatrua se deu, ela não seria possível. Quando tiverem de prestar contas à justiça, eles terão de aparecer de cara descoberta - porque o Povo pode ser forçado a desmascará-los em pleno tribunal. Não lhe falta razão para isso...»

Maria de Lurdes Monteiro - Lisboa

«...Fico espantada com o conivente silêncio da imprensa, especialmente a nacionalizada, que parece ignorar totalmente o que está a ser largamente conhecido em todo o País como sendo o «Watergate português». Compreende-se que a imprensa reaccionária, ligada, dependente ou participante das negociações dos partidos políticos que formam a Aliança Reaccionária, tentem apagar o escandaloso incêndio, com o seu silêncio. Mas o mesmo já não pode suceder com os jornais estatizados, que são pertença do Estado e nunca de um Governo, seja ele qual for... «E condenável, sob todos os pontos de vista, que esses jornais (e são a maioria dos diários portugueses) não publicarem, nem reproduzam, umas linhas, sequer, sobre este escândalo nacional, que é o «Watergate português». E caso para perguntar: se em vez da figura visada, que é o sr. Sá Carneiro, Primeiro-Ministro de um (des)governo que cada vez torna mais difícil a vida dos pobres, fosse a de um Partido da oposição ao actual (des)governo, como procederiam esses srs. que estão em tais jornais? E os RDP? E, até, os da RTP? Lembrem-se esses senhores, ligados a essas manigâncias por um compromissor silêncio, que os meios da Comunicação Social de um país (neste caso Portugal) que estão estatizados, não são de forma alguma pertença deste ou de qualquer outro governo. E que a real função desses órgãos de informação é a de esclarecer, com a maior imparcialidade e o mais largamente possível, o povo português - que é, afinal, quem directa ou indirectamente lhes paga, para que possam ocupar esses lugares.

livros recebidos

Editorial Estampa

«O Amigo das Tempestades», de Antunes da Silva - Coleção Novas Direcções; «A viagem nua», de Juan Bautista Piñero, da mesma colecção; «As lutas de classe em Portugal nos fins da Idade Média», de Álvaro Cunhal - Coleção Teoria; e «Introdução à Etimologia», de Mário Moutinho - Coleção Imprensa Universitária.

Editorial

"AD" ... NUNCA MAIS

OS trabalhadores e o povo português sentem, cada vez mais, os efeitos do desgoverno Carneiro/Amaral, da política reacçãoária e revanchista das forças da chamada «AD», da prometida mudança com que se apresentaram ao eleitorado, nas últimas eleições.

Aumenta o custo de vida, os despedimentos e o desemprego, os contratos a prazo, a repressão patronal; boicotou o aumento do salário mínimo e tentou congelar a contratação colectiva; intensificam-se os ataques contra a Reforma Agrária e os sectores nacionalizados e cooperativo da economia portuguesa; criou-se um clima de intriga e de golpismo, de permanente ameaça ao normal funcionamento das instituições democráticas.

As novas realidades económicas e sociais, nascidas da Revolução de Abril, começaram a ser confiadas a pessoas afectas ao regime fascista, com o evidente propósito de boicotarem o seu funcionamento e precipitarem a sua posterior destruição.

Os direitos dos trabalhadores, a liberdade de informação, a democracia, são, diária e permanentemente, postos em causa por um Governo fora da lei, que não desrespeita apenas a Constituição da República como afirma o seu desejo de alterá-la fora do respectivo quadro legal.

E hoje incontroverso que, em cada dia que este Governo se mantém no Poder, se avolumam as ameaças ao Portugal de Abril, se tentam espezinhar os direitos e interesses dos trabalhadores, se humilham e ofendem os mais que legítimos e justos anseios dos reformados e dos jovens. Não se vislumbra, seja em que sector for, uma única medida deste governo que vá favorecer os interesses dos trabalhadores e da esmagadora maioria do povo português. Pelo contrário em todas elas se denuncia o evidente propósito de proteger os intermediários parasitas, os antigos grandes senhores da terra, da indústria e da finança.

Aos mais altos cargos da hierarquia do Governo regressou a incompetência, o compadrio, a corrupção e as ameaças, quantas vezes concretizadas, da censura e da repressão.

Não se trata apenas de ser o pior governo de quantos existiram depois do 25 de Abril. E, antes, um governo indigno do 25 de Abril, um verdadeiro insulto aos ideais de liberdade e de democracia de todo o povo português.

E é-o tanto mais quanto é certo que contra ele se levantaram e uniram os trabalhadores e as forças democráticas do nosso país que, em sucessivas e poderosas manifestações de massas, gritaram em unísono a exigência nacional de SA CARNEIRO PARA A RUA.

A luta dos trabalhadores e das forças democráticas teve, de resto, a força suficiente para impedir a destruição do regime democrático.

O isolamento e o desespero da direita gerarão a inevitável intensificação das violações às regras da democracia e o recurso ao golpismo para procurar perpetuar-se no Poder contra a vontade do povo.

O Governo Carneiro/Amaral é hoje, aos olhos da esmagadora maioria dos portugueses, um governo desacreditado e derrotado. A demagogia e a mentira que sempre utilizou, são agora claramente detectáveis. Mas nem por isso mesmo se deverá menosprezar que será ainda com elas que as forças reacçãoárias, agrupadas na chamada «AD», tentarão voltar a enganar o eleitorado.

Porém, os trabalhadores e o povo português saberão transformar, nas próximas eleições de 5 de Outubro, com o seu voto, as forças saudosistas e reacçãoárias na minoria política que efectivamente representam, dando cumprimento à exigência nacional de SA CARNEIRO PARA A RUA e afastando, definitivamente, da área do Poder, as forças que representam os interesses dos senhores do antigamente.

Governo reforça controle e manipulação da Comunicação Social



O Governo «AD» está lançado numa nova fase do controlo dos meios de comunicação social do Estado, tendo em vista aumentar a manipulação da informação durante o período pré-eleitoral e a campanha eleitoral.

Os últimos acontecimentos na RTP são significativos. O presidente da comissão administrativa Cunha Rego, saído para coordenar a campanha eleitoral do general Soares Carneiro, foi substituído por um homem de triste memória e com uma obra de desrespeito frontal pela liberdade de imprensa e de informação enquanto ministro do ex-Governo Mota Pinto: Proença de Carvalho. Este, rapidamente derubou um esquema mínimo de pluralismo imposto na RTP pelas reivindicações das organizações partidárias e de massas, claramente prejudicadas com a manipulação «AD» instituída logo nas primeiras semanas de governação Sá Carneiro/Freitas do Amaral. E o próprio director de informação nomeado pela «AD» é afastado das suas funções e substituído por um homem vindo directamente do gabinete do Primeiro-Ministro, de quem era assessor para a imprensa: Duarte Figueiredo.

Significativo, na RTP, é também o modo como tem sido tratado e noticiado o conhecido escândalo «Watergate/Sá Carneiro», relativo à dívida e fraudes — como tem sido largamente indicado pelo jornal «o diá-

rio», com abundante documentação — do Primeiro-Ministro e seu irmão à banca. Já o escândalo era conhecido em todo o país, já era tema de grandes títulos na imprensa estrangeira e a RPT continuava a esforçar-se denodadamente para não transmitir uma única palavra sobre o assunto. Até que o caso foi objecto de requerimentos do PS e do PCP para ser apreciado numa reunião extraordinária da Assembleia da República e já não era mais possível à RTP continuar a silenciá-lo. Mas o que se passou então? Uma divulgação clara do que se passava e uma explicação plural do caso, reflectindo as diversas posições dos envolvidos no assunto? Não! A RTP falou no assunto, mas relegando-o para plano secundário nos noticiários e envolvendo-o manipulando afinal — em questões de pugnas políticas entre governo e oposição.

Também a RDP, onde o reajustamento de posições internas dos homens de confiança da «AD» tem sido constante, ignorou o assunto até à altura do requerimento do PS e PCP. Embora a partir desta altura o tenha passado a tratar de forma mais objectiva e conforme com a liberdade de imprensa e informação do que a RTP, o que é, com certeza, devido unicamente à dignidade de alguns profissionais da informação.

Também os jornais estatizados trataram o caso de forma vergonhosa, to-

talmente contrária ao preceituado na Constituição da República que, no art.º 39.º, garante: «os meios de comunicação social pertencentes ao Estado, ou a entidades directas ou indirectamente sujeitas ao seu controlo económico, serão utilizados de modo a salvaguardar a sua independência perante o Governo e a Administração Pública»; e, ainda, que «será asse-

gado dos advogados do Primeiro-ministro Sá Carneiro, sonegado as declarações do director de «o diário» recolhidas pela ANOP a propósito de tal comunicado.

Inúmeros exemplos se poderiam apontar, e têm sido apontados ao longo dos meses de governação «AD», da violação sistemática da Constituição, das leis, das liberdades de



gurada a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião nos meios de comunicação social».

Mas para directores de jornais como o de «A Capital» a Constituição é letra morta, não se cobindo de impor naquele vesperino a publicação de um comuni-

catório de imprensa e de informação cometidos pelo Governo Sá Carneiro-Freitas do Amaral e seus homens de confiança nos órgãos de comunicação social estatizados. Mas não se deve esquecer o papel desempenhado pelos órgãos de informação privados. A parte as poucas excepções bem conhecidas da

opinião pública, a maioria dos órgãos privados está claramente ao serviço das forças e interesses de direita e, obviamente, tem servido fielmente o Governo/«AD».

O pagamento de tais serviços está na forja, com o pacote de medidas de apoio à imprensa privada já anunciado pelo secretário de Estado da Comunicação Social, Sousa e Brito. Pacote de medidas que inclui à cabeça, a consolidação dos passivos das empresas privadas de informação. Esta medida é de há muito reivindicada pelo patronato da imprensa que devido à sua reduzida expansão acumula dívidas sobre dívidas.

O que está a ser preparado pelo Governo «AD» — e medidas semelhantes devem ser esperadas noutros sectores de actividade, pois a demagogia eleitoralista da «AD» é imensa — é, nem mais nem menos, do que pôr o Estado, o País, a pagar e financiar jornais reaccionários, fascizantes e fascistas. Isto, em nome de uma falsa equidade de tratamento para a imprensa pública e a imprensa privada, alegadamente imprescindível à liberdade de informação. Lembrem-se que até hoje não foi cumprida a obrigação legal de consolidar os passivos das empresas públicas de informação e mais não é preciso adiantar para situar devidamente a hipocrisia das justificações adiantadas pelo Governo «AD».



A "AD" de costas para os Jovens

Passados alguns meses sobre a entrada em funções do Governo presidido por Sá Carneiro, não restam dúvidas à Juventude portuguesa sobre o verdadeiro sentido das promessas insistentemente feitas pela «Aliança Democrática» durante a campanha eleitoral para as eleições intercalares. Com efeito, da análise das medidas tomadas pelo actual executivo, na esfera específica da Juventude, é fácil constatar que elas não têm visado aliviar a carga de problemas com que se debate esta camada da população portuguesa, mas pelo contrário, têm-nos agravado como contrapartida à política favorável ao patronato e às forças mais conservadoras do país.

No concreto, vamos referir duas ou três acções do Governo, que são suficientes para ilustrar o que atrás afirmámos.

O ministro do Trabalho anunciou, pomposamente, que iriam ser criados mais vinte e quatro Centros de Formação Profissional, distribuídos por várias zonas do País, e prontos para funcionamento em 1982. A Formação Profissional é, num País que se esforça por encontrar um ritmo de desenvolvimento que o torne capaz de enfrentar os desafios que a próxima década nos vai colocar e que tem um elevado índice de desemprego, um dos instrumentos a que se deve lançar mão de forma a fazer a reciclagem dos trabalhadores e a absorver jovens desempregados. Porém, parece-nos que os organismos oficiais, de alguma forma ligados à formação profissional, não estão interessados em encontrar uma política de formação profissional ajustada às realidades do País, mas mais interessados

num discurso eleitoral capaz de produzir efeitos eleitorais.

O ministro do Trabalho, anunciou a aplicação de três milhões de contos na criação dos Centros de Formação Profissional atrás referidos. Porém, o que se observa, no presente, é que a utilidade dos Centros já existentes, é muito reduzida, e a mobilização dos seus recursos está muito longe de atingir nível satisfatório. Assim, para além do tipo de cursos e do nível de aprendizagem ministrados, deixarem muito a desejar, verifica-se que a aplicação dos conhecimentos adquiridos não se pode concretizar, uma vez que não há nenhum organismo oficial obrigado a fazer a colocação nas empresas dos finalistas dos cursos, e como sabemos, hoje o mercado de emprego é bastante reduzido. Isto

quer dizer que, o Estado dispende duzentos ou trezentos contos num Curso com um jovem e, posteriormente, este é forçado a inutilizar o que aprendeu, uma vez que não há garantias de emprego quando acaba a aprendizagem.

Foi de igual forma anunciada com todo o alarido, a criação do Programa Ocupacional dos Tempos Livres dos Jovens em férias. A iniciativa não é inédita, já que, anteriormente, outros governos inscreveram nas suas intenções, programas deste tipo, como forma de desagregar as consequências do elevado número de desempregados jovens. Os resultados do programa, pelo que é do conhecimento público, são nulos. Primeiro porque a sua amplitude e a forma da sua implantação são por demais rudimentares para

ALDEIA DA JUVENTUDE

"Nós por cá todos bem"

Numa organização das Uniões dos Sindicatos de Lisboa, Setúbal e Leiria, realizou-se entre 3 e 10 de Agosto passado, em S. Pedro de Muel, um acampamento da juventude que tomou o nome de «Aldeia da Juventude». No acampamento participaram cerca de 150 jovens de todo o país que all desfrutaram, um merecido descanso e bem assim um programa de actividades culturais, desportivas, formativas e Informativas.

«Alavanca» esteve lá num fim de tarde, para conversar com alguns dos seus participantes.

Chegámos no dia da liberdade

Deslocámo-nos a S. Pedro de Moel no dia 5 de Agosto, ao fim da tarde para ouvirmos falar de sindicalismo. Estava marcado um colóquio para as 21 horas no qual participaria um representante do Secretariado Nacional da CGTP-IN. Segundo os organizadores, o interesse dos jovens pelas questões do Movimento Sindical, pela luta dos trabalhadores, era grande, pois entre eles encontravam-se muitos estudantes que ainda não tinham tido um contacto directo com o mundo



Inácia Lopes: «os jovens são os continuadores do trabalho e da luta que hoje se desenvolve»

do trabalho. Aliás, este colóquio intitulado «a Juventude e o Movimento Sindical», cu-

riosa e significativamente marcado para o DIA DA LIBERDADE (cada dia de acampamento tinha o seu

nome) fazia naturalmente parte de um conjunto de iniciativas que iam desde os vários desportos, às vitórias, aos espectáculos com a presença dos grupos TROVANTE e UHF.

«Quis-se, assim, proporcionar à juventude que não tem poder económico a possibilidade de passar umas férias merecidas, onde abundasse a boa disposição e a camaradagem, onde se fomentasse o espírito colectivo, mas que servissem também para proporcionar a discussão de algumas questões específicas da juventude e dos problemas gerais dos trabalhadores por-

se poderem observar resultados palpáveis; em segundo lugar porque a sua execução, desde início, criou tais problemas, que uma boa parte dos integrantes do programa, em Lisboa, cedo entraram em greve, por não terem sido satisfeitos os compromissos assumidos pela Câmara Municipal de Lisboa.

Para quando a Lei de Bases do Sistema Educativo?

Para acabar de compor o ramo, que a «AD» achou por bem oferecer aos jovens trabalhadores portugueses, o Ministério da Praça de Londres elaborou um decreto-lei relativo aos contratos a prazo que,

como se sabe, o Movimento Sindical há muito tempo considera serem um dispositivo legal que favorece o patronato e que urge regulamentar, por forma a impedir os abusos da sua utilização indevida.

Felizmente que o Conselho da Revolução considerou tal Decreto inconstitucional, pelo que o chumbou. Ora, o decreto não resultou da intenção do Governo pôr um travão ao uso indevido desta forma de contrato de trabalho, que muitas empresas utilizam em regime permanente, em vez de admitirem jovens trabalhadores com contrato sem prazo, dado que isso comporta encargos inferiores. Isto resultou da intenção de favorecer ainda mais as empresas, introduzindo a modalidade de contrato por prazo inde-

terminado, o que é o mesmo que dizer que os empresários poderiam ter, trabalhadores por tempo indefinido, com todas as consequências daí resultantes. Um jovem poderia começar a trabalhar com contrato a prazo aos 15 anos e ser despedido, aos 30 anos, sem que o empresário fosse punido, de qualquer forma.

No domínio do ensino, as acções praticadas pelo Governo «AD», assumem proporções ainda mais elevadas, podendo mesmo afirmar-se, que no início do próximo ano lectivo a situação estará de tal forma desencontrada que os estudantes irão ter ainda mais dificuldades que têm tido nos últimos anos.

Todos temos ainda presente, que durante a campanha eleitoral para as

eleições de 2 de Dezembro, a Aliança da Direita apresentou, como «slogan» de fundo, no domínio do ensino, a intenção de publicação de uma lei de Bases do Sistema Educativo, uma «constituição do ensino», para regular e sistematizar a política de ensino nos próximos anos.

Dada a profundidade da questão, e a incidência que tem na vida de milhares de jovens portugueses e das suas famílias, o bom senso fazia prever que o Governo se murisasse da opinião das entidades mais ligadas ao assunto, nomeadamente os sindicatos dos Professores e as associações de estudantes e trabalhadores, estudantes, para fundamentar as suas decisões.

O que se passou não foi isso. O Governo pôs a Lei

tugueses.» — palavras do Juvenal, dirigente da União dos Sindicatos de Leiria e um dos responsáveis pela Aдела.

Obrigado, Câmara Municipal

Enquanto tocava o hino da CGTP-IN e o locutor de serviço lia anunciando o colóquio sobre sindicalismo, continuávamos a ouvir alguns camaradas sobre aspectos da organização do acampamento.

«Fizemos publicidade nos jornais — lembrou Carlos Morgadinho da USL — nas praias, com papagaios e targetas, tentámos dinamizar o mais possível a juventude para a participação neste acampamento.

A maior parte das tendas foram cedidas pela organização, que se preocupou também em montar um razoável serviço de restaurante basta dizer que, embora haja outros restaurantes fora do campo, estamos a servir cerca de 130 refeições por dia.

No entanto nada seria possível sem a colaboração, a boa vontade, o grande entusiasmo da Câmara Municipal da Marinha Grande que, na pes-

soa do seu presidente, tudo fez, tudo pôs à nossa disposição para que a Aдела fosse uma realidade».

«Estamos com a juventude, estamos com Abril»

João Barros Duarte, presidente da Câmara da Marinha Grande, é um homem calmo e confiante. Embora com um dia assobado de trabalho, não deixou de passar o fim da tarde com os jovens do acampamento e de ter algumas considerações sobre aquela iniciativa do Movimento Sindical e da colaboração da sua autarquia.

«Foi com um grande prazer que a Câmara pôs à disposição da rapaziada ligada aos sindicatos as instalações mínimas. Numa zona que tem sido utilizada fundamentalmente pelas pessoas economicamente mais desafogadas e até por alguns extractos da burguesia, tudo fazemos para que depois do 25 de Abril este seja um espaço aberto a quem trabalha. Não quero deixar de lembrar que estamos num

concelho fundamentalmente de gente trabalhadora.»

Referindo-se directamente à Aдела da Juventude, o presidente da Câmara da Marinha Grande comentaria — «Penso que é uma iniciativa de muito valor. Junta jovens de vários pontos do país e de vários extractos socioculturais, o que permite uma troca de experiências que os apetrechará melhor para a luta diária.

«Ainda quanto à nossa participação — diria — penso que se trata de pôr em prática uma das obrigações das autarquias locais, quero dizer, dar todo o apoio às iniciativas populares e da juventude, para que se respirem os ares frescos de Abril».

A juventude e o sindicalismo

Aproximavam-se as 21 horas e o locutor de serviço anunciava pela última vez o colóquio sobre sindicalismo orientado pela camarada Inácia Lopes, membro do Secretariado Nacional da CGTP-IN.

Os participantes aproximam-se do local, ao mesmo tempo que um

grupo de crianças, naturalmente barulhentas, curiosas do que se iria passar, toma posições.

Com o local do refectório repleto de jovens e até de turistas que de alojamentos vizinhos vieram para conviver, a camarada Inácia Lopes começou por de-sejar a todos, que aquelas



Os jovens estão com Abril

de Bases à discussão pública no fim do ano lectivo e um espaço de tempo tão curto, que não permitiu à maioria dos interessados participar na sua discussão. Por outro lado, os trabalhadores-estudantes uma vez mais se viram mais do que secundarizados, aparecendo no projecto apenas uma referência à sua situação, o que indica com clareza, que as paredes do Ministério da Educação continuam a impedir a chegada das reivindicações dos mais de 100 000 trabalhadores estudantes existentes em todo o país.

Como se isto não fosse suficiente, o Governo «AD» introduziu alterações para entrarem em vigor já no próximo ano lectivo, designadamente no que se refere ao início do 12.º ano,

em substituição do Ano Propedéutico. O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa já teve oportunidade de se pronunciar sobre o assunto considerando a decisão do Governo ilegal, porque a alteração do sistema escolar é da competência da Assembleia da República, e salientando as dificuldades que irão surgir no início do próximo ano lectivo. Passados alguns meses sobre a decisão governamental, o país continua a não saber em que moldes vai funcionar o 12.º ano, onde vai ser leccionado, e em que nível ele vai ser enquadrado.

«AD» não respeita estudantes

De referir, ainda, uma manifesta falta de respeito pelos interesses da popu-

lação estudantil, patente alguns acontecimentos pontuais.

Assim, quando os estudantes do Propedéutico de Vila Real esperavam um ponto de Inglês foi-lhes apresentado um ponto de Geografia. Os estudantes dos Institutos do Serviço Social a braços com enormes problemas, em vez de serem resolvidos os problemas com que se vêm debatendo há alguns anos, foram agredidos pelo anúncio do MEC da reabertura do ex-ISCSP, sob a direcção do ex-ministro de Salazar, Adriano Moreira, onde irá ser ministrada a licenciatura de Serviço Social.

Muito mais poderíamos dizer ainda para demonstrar que o Governo da «Aliança Democrática» está de costas viradas para

os jovens portugueses. As medidas que têm tomado têm agravado de forma evidente a situação da população juvenil portuguesa.

Decerto que desta forma tem contribuído para que esta se sinta cada vez mais afastada da sua política e que o manifestará massivamente nas próximas eleições para a Assembleia da República.

Os jovens vão votar contra a «Aliança Democrática» porque não querem ter mais um Governo que os não respeita e segue uma política contrária aos seus interesses; porque têm Abril no coração e a esperança numa vida nova; porque têm os olhos postos na Constituição de Abril, que a «Aliança Democrática» quer ver destruída.



O BLOQUEIO DO GOVERNO "AD" À CONTRATAÇÃO COLECTIVA:

A manipulação e a realidade

Empenhado numa campanha de demagogia eleitoral e servindo-se despidoradamente, para tal, dos meios do aparelho de Estado, o Governo «AD» esforça-se por demonstrar que, com a sua administração, se desenvolveram os processos de negociação voluntária de Convenções colectivas.

Mesmo que isso fosse verdade, as condições de vida e de trabalho poderiam não melhorar. Mas as afirmações do Governo «AD» sobre este assunto correspondem a uma grosseira mistificação assente na manipulação desonesta de números.

Eis o que o Ministério do Trabalho fez publicar em 12.6.80 (1)

«Apresentam-se quadros comparativos dos períodos compreendidos entre 1 de Janeiro a 15 de Maio, referentes aos anos de 1977 a 1980, a partir da análise dos quais se conclui que carece de verdade a afirmação de que o Ministério do Trabalho tem bloqueado a contratação colectiva.

Actuação do MT no domínio da contratação colectiva

No cumprimento do Programa do Governo e no domínio da contratação colectiva o MT deu clara expressão aos anunciados propósitos de respeitar o princípio da

autonomia da vontade das partes no prosseguimento duma acção de «desintervenção administrativa» nos processos negociais.

«Com referência ao levantamento efectuado sobre o número e condições em que surgiram os vários instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho desde 1977 a 1980 — reportados ao 1.º semestre de cada um destes anos — verifica-se, de facto, ser em 1980 significativamente mais elevado o número de convenções colectivas concluídas no domínio da consensualidade do que nos anos anteriores.

«Do mesmo modo se constata ter sido manifestamente reduzida a intervenção administrativa neste mesmo ano de 1980 quando confrontada com os anos anteriores.

«Assim é que:

♦ férias estivessem a decorrer o melhor possível, e agradecer, em nome do Secretariado Nacional, à Câmara Municipal da Marinha Grande toda a colaboração prestada.

Depois de ter chamado a atenção para a importância da juventude na luta global dos trabalhadores portugueses e para a sua participação no mundo do trabalho, a representante da CGTP-IN começou por dar uma curta informação sobre a estrutura do Movimento Sindical Unitário.

«Os jovens de hoje — disse — são os continuadores do trabalho e da luta que hoje se desenvolve. Os jovens pelas suas características específicas, pela sua criatividade, pelo

seu dinamismo, começam já hoje a construir a sociedade do amanhã. O Movimento Sindical acredita e como tal aposta na juventude, da mesma forma que acredita que a luta que hoje travamos será uma luta bem sucedida que culminará na sociedade liberta da exploração capitalista.»

Depois de ter referido os princípios por que se rege o Movimento Sindical Unitário, Inácio Lopes insistiu na importância que a CGTP-IN dedica à frente dos jovens, assim como à das mulheres e dos quadros técnicos.

Falando em determinada altura para os sindicalistas que ali se encontravam, a dirigente sindical alertou para o perigo da juventude, não ganha para

as posições dos trabalhadores, vir a ser enganada pela propaganda, pelas falsas propostas, dos seus inimigos de classe. «Se a juventude não participar na luta — disse —, os seus problemas não serão resolvidos.»

Nesta continuidade e lembrando a proximidade das eleições, exortou os jovens a participarem em massa no acto eleitoral, a repudiarem as demagogias da «AD», e a contribuírem para a formação de um governo democrático que respeite a Constituição e prossiga Abril.

Seguiu-se uma sessão de perguntas sobre as questões expostas pela camarada Inácio Lopes, assim como, foram levantadas várias preocupações

dos trabalhadores, tais como o uso abusivo dos contratos a prazo que atinge especialmente os jovens trabalhadores, e ainda, na pessoa de um dirigente sindical do sector, o trabalho junto da juventude do sindicato dos viedreiros da Marinha Grande.

Eram já altas horas da noite quando o colóquio terminou. Em direcção às tendas, pequenos grupos seguiam trocando impressões sobre aquilo que tinham ouvido. O calor das discussões, a alegria e a participação, deram-nos a entender que iniciativas deste tipo devem continuar, pois têm na juventude uma total aceitação.

«Nós por cá todos bem» — foi a frase amiga que ilustrou o abraço final.

1977 - de 1/1 a 15/5

CCT/ACT	CT/PRT	PRT	PE
39	17 14/R 3/B	9 9/R	24

1978 - de 1/1 a 15/5

CCT/ACT	CT/PRT	PRT	PE
56	19 16/R 3/B	9 7/R 2/B	8

1979 - de 1/1 a 15/5

CCT/ACT	CT/PRT	PRT	PE
89	12 10/R 2/B	5 4/R 1/B	38

1980 - de 1/1 a 15/5

CCT/ACT	CT/PRT	PRT	PE
115	4/R	8 *6/R 2/B	39

* Quatro das seis Portarias Emitidas arrastavam a sua conclusão desde 1967/77

CCT/ACT. - Convenções Colectivas
 CT/PRT - Comissões Técnicas
 PRT - Portaria de Regulamentação de Trabalho
 PE - Portaria de Extensão
 R - Rótura
 B - Zona Branca»

A realidade é, porém, muito diferente. Vamos demonstrá-lo (2).

O bloqueio à Contratação Colectiva não pode ser visto apenas pelo número de convenções publicadas.

Como é óbvio a política do Governo pode ser objectivamente de bloqueio, mas uma forte movimentação de massas pode obrigá-lo (e ao patronato) a solucionar os processos pendentes, impedindo a concretização de tal política.

Por outro lado podem coincidir em certo período um grande número de revisões, sem paralelo com o mesmo período de anos anteriores, dado que as revisões não estão a ser feitas com 12 meses mesmo nos casos das tabelas.

Por estas e outras razões, a comparação simplista do número de IRCT publicados não dá grande indicação.

A prova de que o governo quer bloquear a Contratação Colectiva está na sua própria política.

Logo no início do seu mandato tentou impedir a publicação de 40 contratos com o falso argumento de falta de fundamentação económica. Mas a luta dos trabalhadores que culminou na grandiosa manifestação de 14 de Fevereiro, obrigou o governo a recuar, tendo publicado aquelas convenções, sem que as organizações sindicais tivessem entregue outras fundamentações.

Não muito depois (26/2/80), o ministro do Trabalho em audiência à Confederação do Comércio, encorajava o patronato ao não cumprimento das convenções em vigor, ao congelamento de salários, prometendo, por outro lado, a revisão da legislação de trabalho de acordo com os interesses do patronato.

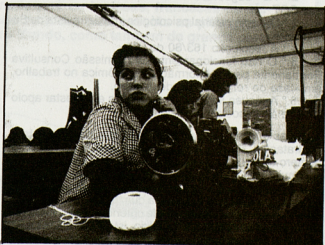
Do relato da reunião, efectuado pelo CCP em circular aos seus associados, ressalta um «cheiro nauseabundo de compadrio, revanchismo e cumplicidade num projecto subversivo de destruição dos direitos dos trabalhado-

res...» como se diz em ofício da CGTP-IN de 17.3.80 a propósito de tal reunião.

O apoio expresso do governo do patronato tem de imediato consequências no pedido de passagem à conciliação de convenções colectivas importantes (Metalurgia, Sector Automóvel, Química e outras). **De facto o patronato sente que no Ministério do Trabalho está o «seu» ministro, o homem que lhe merece toda a confiança.**

As lutas dos trabalhadores pela Contratação Colectiva não páram, no entanto. E os trabalhadores conseguem importantes resultados, se pensarmos que estão confrontados com o patronato e o seu Governo.

Resultados que contrariam a política de congelamento da contratação que o Governo tentou impor e que contrariam também o próprio «tecto salarial psicológico» que Sá Carneiro ofereceu ao patronato na sua alocação na RTP e as intenções do despacho do Ministério do Comércio que não considera nos custos das empresas sujeitas aos preços declarados (com mais 150 000 contos ano de vendas) os aumentos que ultrapassam 20%. Assim os **téxteis** conseguiram o seu primeiro contrato negociado directamente e com aumentos de 23% a 25% mais subsídio de alimentação; os **CTT** e os **TLP** 22% nas tabelas e a melhoria de várias prestações complementares; **Petrogal** 24,5% e melhoria das



anuladas; Gráficos 23% e subsídio de alimentação. EPAL 24,6%. Em todas estas empresas públicas (CTT, TLP, Petrogal e EPAL) o Governo quis aplicar os 20% mas teve de recuar. Na Metalurgia o patronato queria aplicar os 18% do discurso de Sá Carneiro e teve de subir para 23%. **Há, inclusivamente indícios de que, na proximidade do período eleitoral, o patronato, para defender o Governo, deixe de estar interessado na via administrativa.** E o caso da Química, em que altos responsáveis do MT fazem de intermédios entre patronato e sindicatos para impedir a via administrativa; é o caso de o **Sector Automóvel** que passa da conciliação não para PRT mas de novo para negociações directas; é o caso das cortiças, em que acordam na conciliação 25%.

Nalguns casos de empresas públicas, assiste-se ao «esconder» daquilo que são obrigados a conceder. E o caso da Petrogal («subsídio compensatório» de 4,5%) e da RN (diuturnidades por acto de gestão).

E, aliás, nas empresas públicas que o Governo

desenvolve a sua última ofensiva, com a Resolução 163/80, de Maio, a qual procura impedir de facto a contratação colectiva nas EP, indo-se ao ponto de tentar impor a presença dum «fiscal» do M. Trabalho.

Tal bloqueio levantou dificuldades à publicação na EPAL, Transtejo, Seguros e Petrogal, só se conseguindo a sua publicação com pressão dos trabalhadores e das suas organizações.

Dois exemplos mais do «apoio» do governo à Contratação Colectiva: 1.º o apoio técnico previsto no artigo 20.º do D.L. 519 C/1/79, que devia ser prestado pelos Ministérios do Trabalho e da Tutela, para preparação das propostas e contrapropostas e durante as negociações, é puramente inexistente. 2.º A Comissão Consultiva Permanente para a Informação Económica no trabalho (prevista em despacho conjunto de 15/12/79), que se deveria pronunciar sobre «a aceitabilidade da informação colectiva» está em «fase de reflexão» no MT, o mesmo é dizer que nunca funcionou.

Entretanto no «Plano 1980» o governo volta à carga com a exigência de fundamentações, «argumento» que já lhes havia servido para recusar o depósito das 40 convenções no início do seu mandato.

Resumindo as provas de bloqueio à Contratação Colectiva, teríamos:

1.º Congelamento das 40 convenções
2.º As «sugestões» à CCP para não cumprimento das CCT

3.º O «tecto salarial psicológico» da entrevista de Sá Carneiro

4.º A resolução 163/80 do CM

5.º O não funcionamento da Comissão Consultiva Permanente para a Informação Económica no trabalho, em «fase de reflexão» desde Janeiro.

6.º A recusa legal dos ministérios em prestar apoio técnico às Associações Sindicais.

Mas o Ministério quer «provar» que não bloqueia a contratação. Para isso vai buscar, como se disse, o número de convenções publicadas, indicador que «indica» muito pouco, num período em que os governos não têm durado mais de 6 meses, (sendo por isso difícil de distinguir o resultado da política dum ou doutro na C.C.).

Mas se utilizarmos o tipo de critérios do M. Trabalho, prova-se exactamente o contrário, isto é, **prova-se que em 1980 (1/Janerio a 15/Maio) o número de convenções colectivas é inferior ao de 1979.**

De facto, não só o número de CCT-ACT indicado para 1980 está mal calculado (são 110 e não 115), como há que retirar as 40 convenções congeladas, no início do mandato deste Governo, pois são convenções que já aguardavam publicação.

O número indicado para 1979 (89 CCT/ACT) deve ser corrigido para 83 CCT/ACT.

(As diferenças entre os nossos números e os do M.T. devem referir-se a acordos de adesão que publicaram como CCT)

De facto teríamos então 70 convenções (ACT/CCT) publicadas em 1980, contra 83 em 1979 e 9 PRT contra 5 PRT; provando-se portanto que o número de convenções é inferior e o número de PRT superior, isto é provando-se aquilo que o M.T. quer contrariar e que o M.S.U. tem denunciado.

Por outro lado, e este sim é um elemento que diz bem do papel deste Governo contra o interesse dos trabalhadores, o número médio de meses de retroactividade perdidos com as Portarias de Extensão publicadas por este Ministério do Trabalho, é de 6 meses e meio, número dos mais elevados desde 1979, só tendo paralelo com os do 1.º trimestre do Governo Mota Pinto.

PORTARIAS DE EXTENSAO PUBLICADAS

TRIMESTRE	P.E. n.º	Média meses entre CCT e PE	Média meses retroactivos perdidos
1.º/1979	21	6,6	7,4
2.º/1979	32	8,5	4,6
3.º/1979	5	6	5
4.º/1979	17	7	5,6
1.º/1980	10	11,5	7,3
Abril e Maio/ BTE 19/80	28	7,1	6,2

Mas os trabalhadores não perdem só meio ano e mais de retroactivos. Nas Portarias de Extensão perdem outros direitos porque o Ministério ao emití-las faz restrições na sua aplicação.

Nas Regiões Autónomas, onde é a «AD» que governa, os trabalhadores são também prejudicados, não vendo os seus direitos reconhecidos, no que toca aos efeitos retroactivos das tabelas e também na demora da sua aplicação às Regiões Autónomas.

Apenas como exemplos:

1) A PRT da Indústria Química de Janeiro de 1979 só foi aplicada na Madeira em Junho de 1980: com perda de 8 meses de retroactivos, isto depois de nem sequer ter sido aplicada a PRT de 1977 nos salários. Mas o clausulado da PRT de 1977 só foi aplicado 35 meses depois. Nos Açores a mesma PRT de 1979 aguarda a sua aplicação há 17 meses. Já na de 1977 os trabalhadores tinham perdido 25 meses de retroactivos;

2) A PRT dos trabalhadores do Comércio aguarda há mais de 7 meses a sua aplicação aos Açores;

3) A PRT Grossistas e Importadores de materiais de construção, aguarda há mais de 3 meses a aplicação aos Açores;

4) A PRT Imprensa aguarda há mais de 7 meses a aplicação aos Açores; para aplicação à Madeira demorou 5 meses;

5) Para além daquelas há dezenas de PE para aplicação, muitas delas há mais de 1 ano; a perda de retroactivos chega a ultrapassar, também, os 12 meses.

Como é evidente, o patronato tem todo o interesse em não negociar CCT para as Regiões Autónomas. Ao fazê-lo sabe que ganhará sempre, mesmo que a sua recusa em negociar determine a publicação dum Portaria de Extensão de Contrato do Continente.

Então ao «resumo» das provas de bloqueio à contratação colectiva do Governo e da «AD» acrescentaríamos:

7.º O número de instrumentos publicados durante o VI Governo é menor do que em anteriores governos e o número de PRT maior, comparação que é efectuada pelo MT.

8.º As Portarias de Extensão fazem perder direitos aos trabalhadores, nomeadamente nos retroactivos.

9.º Nas Regiões Autónomas, onde governa a «AD» os trabalhadores são também prejudicados nos retroactivos e na demora na aplicação dos contratos.

Não há, portanto, dúvidas sobre a política de bloqueio à contratação colectiva. Contra ela têm lutado os trabalhadores. Essa luta constante e firme faz recuar o patronato e o seu Governo, mas as dificuldades levantadas contribuem para a deterioração do poder de compra e das condições de vida e de trabalho.

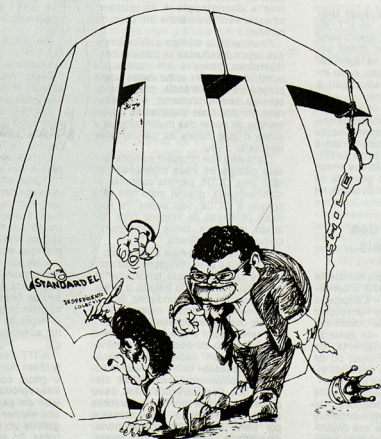
(1) Informação Externa n.º 23 de 12.7.80.

(2) Aguardaremos só o período entre 1.1.79 e 15.5.80.

O QUE É A ITT E COMO EXPLORA OS TRABALHADORES

O recente despedimento de 212 trabalhadores praticado pela ITT/STANDARD ELÉCTRICA trouxe de novo para a luz do dia o problema das multinacionais em geral e da ITT em particular, especialmente no que se refere à sua actividade no Portugal de Abril, caracterizada pelo mais absoluto desprezo pelos direitos dos trabalhadores.

Fiel à sua política de maximização do lucro, à custa da exploração intensiva dos trabalhadores e contra os interesses nacionais, a acção da ITT não se distingue das outras multinacionais, sejam elas norte-americanas ou inglesas, francesas ou alemãs, holandesas ou japonesas. A actividade de todas elas assenta na pilhagem e recolonização não só dos países do Terceiro Mundo, como também de grande parte dos países desenvolvidos.



As multinacionais — estados dentro de um Estado

Dada a influência de sua atividade sobre os mais diversos setores da vida do país em que decidem estabelecer-se, desde há já bastante tempo que as multinacionais vêm sendo notícia, muitas vezes de primeira página, e motivo de preocupação das organizações sindicais.

As multinacionais dispõem de uma flexibilidade que as empresas de âmbito puramente nacional não possuem e disfrutam da possibilidade de deslocarem (e deslocam), de uns para outros dos países em que actuam, investimentos, tecnologia, fundos e receitas.

Podem exercer, e exercem de facto, discriminações e estão em posição de criar situações de monopólio; ameaçam encerrar as suas portas em determinado país, como forma de pressão sobre as organizações dos trabalhadores; utilizam o suborno; financiam partidos políticos; ganham as leis dos países em que se estabelecem; provocam a queda de moedas; corrompem políticos e funcionários públicos; criam a desordem económica e, como se tudo isso ainda não bastasse, derrubam os governos que lhes são hostis.

O único objetivo das multinacionais é conseguir maiores lucros. Para alcançar tal objetivo não recuam perante nenhum meio e os governantes dos países capitalistas vergam-se a sua vontade soberana.

Os casos Lockheed, no Japão, United Fruit, na Guatemala, ou ITT, no Chile (e agora na Nigéria), fazem parte de um volumoso dossier donde escorre o «sangue» de suor e as lágrimas de milhões de trabalhadores, cujos interesses foram espezinhados com a maior brutalidade e cinismo.

Dossier onde constam os subsídios a partidos políticos de vários países, por parte das filiais no estrangeiro da BP e da SHELL; os financiamentos à Administração Nixon por parte da ITT, ou a operação de corrupção que envolveu diversos ministros do gabinete de Léon Tindelman e de Gaston Eyskens, na Bélgica.

O controlo das multinacionais...

Durante uma conferência ministerial realizada em Paris em 1976, o Conselho de Ministros adoptou — à excepção da Turquia, que se absteve — um código de boa conduta «unitária», destinada às firmas multinacionais «as quais se deverão abster, nomeadamente, de qualquer prática de corrupção ou de qualquer intervenção nos assuntos internos dos países onde se instalam».

Neste código, conseguido após mais de um ano de negociações, nos quais participaram os representantes dos meios profissionais e das organizações sindicais Internacionais agru-

padas no seio do Comité Consultivo Económico e Industrial (BIAC), e a Comissão Sindical Consultiva (TUAC) junto da OCDE, determina-se, entre outras coisas, que as multinacionais deverão abster-se de:

— qualquer pagamento ilicito ou outro benefício indevido, directa ou indirectamente, a qualquer funcionário ou titular de cargo público;

— qualquer contribuição a candidatos a cargos públicos, a partidos políticos ou outras organizações políticas, assim como de qualquer ingerência indevida nas actividades políticas locais.

Além disso, deverão também publicar periodicamente, em prazos razoáveis e, pelo menos uma vez por ano, relatórios financeiros e outras informações pertinentes, sobre o conjunto das suas actividades, nomeadamente:

— denominação das principais actividades filiais;

— importância das participações directas e indirectas;

— zonas geográficas de acção;

— resultados de exploração e vendas ventiladas por zonas;

— Novos investimentos;

— estado das fontes e de utilização de fundos;

— número médio de assalariados, despesas de investigação e de desenvolvimento e métodos contábeis.

As outras «práticas recomendadas» aplicam-se à concorrência, fiscalização,

emprego e relações profissionais (respeito pela representação sindical, informação dos assalariados, cooperação com os seus representantes em caso de encerramento, abstenção de toda a discriminação e de qualquer ameaça de transferência em caso de conflito).

Finalmente, o código solicita ainda que sejam detalhadas as políticas contabilísticas, inclusive em matéria de consolidação, bem como dados sobre preços de transferência, prática que, com ou sem fundamento, é considerada um dos mais importantes instrumentos do poder das multinacionais e sobre o qual nunca foi devidamente levantado o véu.

Certo está que ninguém acredita que este código de boa intenção gerado pela OCDE permita controlar as multinacionais, quanto mais não seja porque a OCDE não passa de um clube politizado de homens ricos, pilando leis para todos cumprirmos, como já foi classificada.

Além disso, o código é voluntário e não constitui uma obrigação susceptível de ser sancionada juridicamente, cabendo, pois, a cada Estado, o direito de regulamentar as condições de funcionamento das firmas multinacionais dentro dos limites da sua jurisdição.

É tanto assim é que, após tomarem conhecimento do código, as multinacionais vieram declarar que «estão pouco recosas» com as novas directrizes recomendadas pela OCDE, alegando que, na maioria dos casos, o seu procedimento já é conforme as práticas agora aconselhadas, especialmente por parte das multinacionais norte-americanas, inglesas e holandesas.

Assim, o código foi bem recebido pela ICI (a maior companhia industrial britânica) bem como pela BP, SHELL, AKZO, etc. Em contrapartida a PHILIPS (complexo electrónico com sede em Eindhoven, na Holanda) não se manifestou, o mesmo acontecendo às multinacionais com sede em França, onde a MICHELIN continua a fornecer muito poucas informações e não oculta, neste como noutros domínios, que gostaria que este estado de coisas se não alterasse.

O Polvo ITT Suga trabalhadores de cinco continentes

Pareloiro privilegiado do Pentágono e da CIA, abrangendo 43 companhias e explorando directamente mais de 500.000 trabalhadores espalhados por 125 países dos cinco continentes, a ITT (International Telephone and Telegraph Corporation) faz parte da cabeça do pelotão dos gigantes de produção internacional, dos inimigos declarados dos povos, juntamente com a GENERAL MOTORS, a EXXON (Antiga Standard Oil) a FORD, a ROYAL DUTCH a GENERAL ELECTRIC, a IBM, a MOBIL CHRYSLER, a TEXACO, a UNILEVER, etc verdadeiros Estados dentro dos Estados em que operam.

Em 1919 por Sørensen e Harald Behn, para um por tabé os Estados Unidos a Cuba onde exploravam uma pequena companhia telefónica, a ITT é, quase desde a origem, uma verdadeira sociedade multinacional.

Em 1925 compra a WESTERN ELECTRIC, por 30 milhões de dólares, a totalidade do capital da INTERNATIONAL WESTERN ELECTRIC, que possuía já doze filiais no mundo, firma das quais em França.

Em 1927 cria em Paris o laboratório Central de grupos que se tornará mais tarde o Laboratório LCT — Laboratório Central de Telecomunicações.

Com a entrada de Harold Gessen para a sua administração em 1959, a ITT intensifica a diversificação das suas actividades, fabricando já mais de uma dezena de sociedades em sectores mais diversos e nos sectores explorados: nas telecomunicações, na cultura, nos adubos, na defesa, na exploração espacial, na hospitalidade, na mentação, etc. A ITT perfurou assim num conglomerado que representa metade das suas receitas a sua base fora da América do Norte, um sinónimo de poder, lucros e economia capitalista. O montante dos seus negócios é superior ao produto nacional bruto da Bélgica.

A ITT não conhece fronteiras geográficas nem políticas, inundando o globo com milhares de produtos. Esses produtos vão desde o papel embaldado em papel celofane até ao laser, aos elementos necessários à montagem de um satélite artificial, aos sabonetes. Só em França a ITT conta com

trinta em-
gões
Tele-
a SCV
velos)
PAY
auto
na In-
gral,
de
politi-
ruba
que
firm-
«S
o (ho-
que
acc-
En-
tesco-
A
berm-
acc-
tenci-
m
Clu-
em
Se-
gust-
que
FDM
destr-
a Se-
Aut-
auto
CZ
Data
dore-
m-
vuln-
p-
Ta-
a ITT
po-
de
H
ter-
tra-
de
dis-
A I
Em-
de
com-
com-
são
60 é
ção e
econ-

trinta e uma filiais, das quais se destacam: a Companhia Geral de Construções Telefónicas (CGCT) e o Material Telefónico (CMT). Além disso, controla o SONOLOR (rádio), a OCEANIC (televisão), a LEVITT (construtora de imóveis), a GROHE (produtos metálicos), a PAYOT (perfumaria), a AVIS (aluguer de automóveis), etc. E é mesmo se passa na Inglaterra, na Espanha, em Portugal, etc.

Debaixo do lema «Ao serviço dos homens e das nações» a ITT compra político, suborna funcionários, derruba governos, fomenta guerras, para burocracia e seu presidente Genesen possa afirmar:

«Somos uma companhia comercial e o nosso lema está inscrito nos dólares que, através de cada uma das nossas operações, chegam aos acionistas».

Em todos os lugares onde este gigante do pólvora estendeu os seus tentáculos, criou e deixou profundas marcas de domínio, de miséria e sofrimento. Em caso, e ao contrário do que afirma o seu lema, os únicos responsáveis pelo bem-estar préocupa a ITT e os seus acionistas e a única razão que pretende servir a América Latina são as multinacionais não tenham pitia.

Cinco meses após subir ao poder, em Agosto de 1933, Hitler recbia Seesthen Behn, o fundador da ITT. A seguir a LORENZ, filial alemã da ITT, compra 28% das ações da FOLCKS-WULF, cuja boa sorte se destrói ao compo aliado durante a Segunda Guerra Mundial.

Em 1938, quando da ocupação da Áustria pela Alemanha nazi, Hitler não autoriza que a filial austríaca da ITT, CZEJKA-NISBL, seja expropriada. Deitam dessa época as ligações da ITT com o nazismo, as quais se estendem até às Américas, à Roménia, à França e à Rússia. Não surpreende, portanto, a seguinte afirmação:

«Se os investimentos saído vendidos a Hitler, a empresa não pode voltar ao mercado, mas não há como voltar atrás, pois a empresa já impo-
samente emprega».

Tal como não se pode saber que a ITT tenha recebido os salários de quatro milhões de dólares, tenha pouco a disposição em Czequia de um milhão de dólares para derrubar a Alemanha e implementar a sua política terrorista e fascista.

«O lema da ITT, portanto, é servir a humanidade e não se passar a ser um português de ilustrativo disfarce».

A ITT controla Portugal de manhã

Por António de Sousa

Embora tivesse iniciado a sua actividade em Portugal em 1932, com a constituição da STANDARD (agora como simples accionista de revenda dos seus produtos), só na década dos anos 60 é que a ITT começa a sua penetração nos vários sectores de actividade económica.

Esta penetração está ligada a dois factores:

— o primeiro diz respeito à própria ITT, com a entrada de Harold Genesen para a direcção do grupo, que se vai caracterizar pela adopção de uma política de «grande diversificação, tanto no plano geográfico como no dos produtos», adquirindo várias dezenas de sociedades nos sectores mais diversos;

— o segundo tem a sua origem nas alterações de política económico-financeira dos últimos anos de Salazar e o início pseudo-liberalizante de Marcello Caetano, em especial a publicação de nova legislação Industrial, abrindo as portas ao capital estrangeiro. Além disso, a guerra colonial veio, também, favorecer essa expansão, uma vez que os contratos a obter para o fabrico de certos produtos para o sector militar das telecomunicações garantiam, à partida, a rentabilidade dos empreendimentos.

É na sequência e conjugação destas duas ordens de factores que se inicia a expansão e diversificação sectorial da implantação da ITT em Portugal.

Em 1967 é criada a zona franca de Caspale e, simultaneamente, a ITT arranja com a fábrica de SEMICONDUCTORES. No final desse ano compra a RABOR por 64 mil contos. No segundo trimestre de 1969 adquire a IMPRIMARTE, a OLIVA-INDUSTRIAS, a OLIVA COMERCIAL e constitui a sociedade HOTEIS SHERATON.

De mais moço, a ITT entra no sector de material eléctrico e electrónico com a STANDARD ELECTRICA, SEMICONDUCTORES e RABOR; no sector da metalomecânica ligeira com a OLIVA-INDUSTRIAS METALURGICAS; no sector das artes gráficas com a IMPRIMARTE; no sector do turismo com o HOTEL SHERATON e no sector imobiliário ao tornar-se accionista, com uma quota de 25,000 contos, de SOCIEDADE IMOBILIARIA DAS TORRES DO TEJO, para não se falar na OLIVA de Angola e na OLIVA de Moçambique.

Aproveitando as novas perspectivas que na década de 80 as alterações legislativas vieram abrir ao capital estrangeiro no nosso país, a par da existência dum mão-de-obra barata, «disciplinada», baixos juros e taxas, benefícios e estímulos fiscais, a ITT tentou adquirir, até 1971, o máximo de empresas que as condições em Portugal lhe permitiam. No entanto, o Governo Português, mais interessado num acordo preferencial com o Mercado Comum procurou, antes, favorecer a entrada de capitais europeus, limitando os movimentos do capital americano.

Nas empresas que acaba de adquirir, RABOR, OLIVA, etc., a ITT inicia processos de reconversão, comandados de Bruxelas goonde está o quartel-general para a Europa), procurando colocar essas empresas dependentes de outras empresas do grupo. Por outro lado, são despedidos quadros portugueses a todos os níveis, os quais irão ser substituídos por estrangeiros. Cinqüenta por cento da produção da

RABOR é reconvertida e canalizada para as associadas da ITT-Europa. A OLIVA-INDUSTRIAS deixa de fabricar máquinas de costura e passa a fabricar torneiras, em regime de subcontratação para a GROHE da República Federal Alemã, onde a ITT detém 51% do capital. Em 1971 é criado o Grupo OLIVA/RABOR que passará, por sua vez, a fazer parte do Grupo de Produtos Industriais da ITT-Europa.

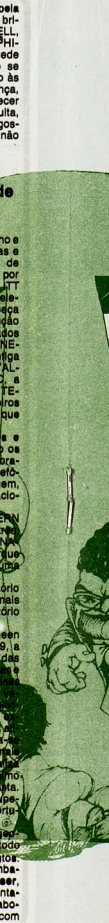
Tendo em vista que o objectivo final das multinacionais é a maximização do lucro, pode dizer-se que a acção da ITT em Portugal até ao 25 de Abril se caracterizou por:

1. Aproveitamento das condições políticas existentes, que permitiam a exploração de mão-de-obra barata.
2. Reconversão das actividades das empresas com o objectivo de as subordinar aos seus exclusivos interesses, controlando os circuitos económicos de compra e venda quer de matérias-primas, quer de produtos acabados.
3. Recurso sistemático a financiamentos feitos na Banca Portuguesa, evitando, assim, a importação de capitais estrangeiros.
4. Transferência para o estrangeiro dos lucros obtidos.
5. Prática corrente de subfaturação nas exportações.
6. Chantagem económica e política sobre os trabalhadores e governos.

2. A ITT após o 25 de Abril

Com o derrubamento do regime fascista a ITT viu-se impossibilitada de continuar a agir como até então, quer pela luta dos trabalhadores, quer pela evolução do processo político. Assim, a sua acção passou a ser caracterizada fundamentalmente por:

1. Desestabilização das empresas dependentes de circuitos comerciais externos, através do corte de encomendas.
 2. Sucessivo agravamento da dívida à Banca nacionalizada, pelos seus pedidos a título de investimento em matérias-primas e que foram utilizadas, na sua esmagadora maioria, ou para pagar salários a trabalhadores proporcionalmente colocados pela ITT em inactividade, ou até para pagar indemnizações por despedimentos colectivos por ela efectuados (só o do SEMICONDUCTORES abrangeu 872 trabalhadores).
 3. Má gestão deliberada das empresas, alegando que os gestores não tinham condições para gerir.
 4. Constante chantagem, quer económica quer política, sobre os trabalhadores e sobre os sucessivos governos.
- Em Agosto de 1975 a ITT envia ao Governo Português um memorando onde afirma:
- «Chegámos agora ao limite das nossas possibilidades na manutenção das nossas operações e por isso não podemos fazer mais adiantamentos de fundos às nossas empresas afiliadas em Portugal para satisfazer pagamen-



los de salários e outras despesas correntes de operação.»

Esta actuação teve por fim agudizar, ainda mais, a já difícil estabilidade económico-financeira nas empresas, cujo extremo é a RABOR, onde, em Novembro de 1975, sob pressão dos trabalhadores, o Estado é obrigado a intervir.

Entretanto, alegando «falta de co-actuação» do governo no que respeita a despedimentos, reduções de salários e concessão de empréstimos da Banca em condições favoráveis, a ITT mandou retirar do país as administrações e direcções da sua inteira confiança, constituídas na sua maioria por estrangeiros. Era a chantagem declarada, expressa no «abandono» das empresas.

3. A ITT e o 1.º Governo Constitucional

Em Junho de 1976 a ITT apresentou ao governo o seu «Plano de Actividades para 1977/81» onde declara que as premissas que orientam a preparação do Plano foram:

- taxa anual média de inflação da ordem de 20%;
- aumento anual médio na remuneração do pessoal não superior a 15%;
- desvalorização do escudo em relação ao dólar não excedendo, em média, 10% por ano.

(O recente relatório da OCDE sobre o nosso país mostra bem que as pretensões de ITT foram satisfactórias).

«Outra premissa fundamental foi a de que as relações de trabalho serão estabilizadas e que a direcção das empresas possa efectivamente dirigir.»

Deste modo, a ITT consegue os seus objectivos, forçando a abertura de negociações com o governo, as quais se

mantiveram num impasse durante um certo tempo até que, com a formação do 1.º Governo Constitucional, entram numa fase decisiva.

Ignorando tudo o que a ITT tinha feito depois do 25 de Abril, leivado da economia e independência nacional, o Governo pretende que a ITT volte às empresas a todo o custo, porque isso lhe dará credibilidade externa, favorecendo, na sua óptica, a confiança no investimento estrangeiro em Portugal, dadas as repercussões que terá o facto de a ITT voltar a operar ou investir no nosso país, após o seu «abandono» em 1975, indo ao ponto de afirmar que esse abandono foi legítimo, «porque não tinha condições para gerir...»

E assim é firmado o «acordo de princípio» entre o Governo e a ITT em 1977, o qual previa, entre outras coisas:

- Pagamento das dívidas das companhias portuguesas do Grupo ITT às várias companhias estrangeiras.
- Autorização do Banco de Portugal para transferência de US\$3.300.000, primeira prestação do pagamento dessas dívidas.
- Contrato entre CTT/TLP e a IMPRIMARTE, o qual veio a ser firmado em 15/9/77.
- Financiamento (se necessário com garantia do aval do Estado) à OLIVA-INDÚSTRIAS METALÚRGICAS.
- Financiamento à STANDARD ELECTRICA.

Desprezando a dívida da ITT à Banca, que em 1975 era de 750.000 contos e em Janeiro de 1978 subira já para mais de 2 milhões de contos; desprezando o facto insofismável da subfaturação nas exportações, que só no que se refere à RABOR atingiu 7.000 contos em 1974; não tendo em consideração o débito da ITT-Nova (orque a STANDARD recebeu de 2 milhões de contos, etc.), o Conselho de Ministros de 26 de Outubro de 1977 autorizou o pagamento das alegadas

dívidas das filiais portuguesas da ITT, no valor de 12,5 milhões de dólares.

Em fins de Novembro de 1977 é entregue o contrato de viabilização do SHEFATON. Em Junho de 1978 foi a vez da STANDARD ELECTRICA, cujo objectivo central era o de obter financiamentos da Banca Portuguesa, com facilidades em juros e em prazos, para encerrar a DIVISÃO DE SEMICONDUCTORES.

Morou a luta dos trabalhadores esta proposta foi recusada pelo Banco de Portugal. Como fracassaram igualmente as tentativas para efectuar despedimentos colectivos que atingiram 830 trabalhadores.

4. A ITT e o Governo da «AD»

Com entrada do Governo da «AD» a ITT volta à carga. O governo por que tanto lutara tinha chegado. E os resultados não se fizeram esperar. Os despedimentos impedidos até então foram autorizados e 212 trabalhadores são atirados para o desemprego, apesar do Supremo Tribunal Administrativo ter mandado suspender esses despedimentos.

O processo iniciado pela ITT contra o Portugal de Abril há seis anos atingiu o seu ponto alto. Tão longo processo permitiu, contudo, que os trabalhadores portugueses adquirissem a consciência de que a luta dos trabalhadores da STANDARD ELECTRICA interessa a todos os trabalhadores. Eles sabem que se a ITT conseguir os seus objectivos, negre dias os esperar. Por isso, a luta adquire cada vez mais um carácter político, e é no terreno político que a ITT terá de ser batida. Ela e o seu governo, o Governo Carneiro/Freitas do Amaral, cuja derrota nas próximas eleições legislativas é um imperativo nacional.

C.R.



A política económica da 'AD'

Quando o actual governo tomou posse em Janeiro de 1980 os trabalhadores cedo tiveram a demonstração do sentido da política económica que iria ser prosseguida: uma das primeiras medidas tentadas pelo Governo foi bloquear a publicação de convenções colectivas já negociadas e assinadas sob o pretexto de que era preciso justificar os aumentos salariais que nelas constavam!

A primeira, sistemática e constante preocupação do Governo «AD» foi desencadear sucessivas campanhas de propaganda sobre algumas das suas medidas, de forma a tentar ocultar os objectivos que norteavam toda a sua acção: favorecer a acumulação do capital e a restauração da dinâmica monopolista, destruir o sector nacionalizado e a reforma agrária, agravar a exploração dos trabalhadores e deteriorar as condições de vida da esmagadora maioria dos portugueses.

Os preços aumentam — e os lucros ainda mais

Utilizando cinco ou seis exemplos que são perfeitamente isolados e isoláveis, o Governo esforça-se por «vender» a ideia de que os preços estão a baixar e que vão continuar a baixar devido à acção do Governo.

Quanto ao vinho, à carne de porco e de frango e à batata e ovos, verifica-se que os preços na produção se deterioraram mais do que a baixa verificada no consumo, ou seja, verifica-se que os excedentes de produção, em vez de beneficiarem os produtores têm sido utilizados para engordarem ainda mais os intermediários parasitas desses circuitos de comercialização.

Devido à elevada ponderação que o vinho e a batata têm na estrutura de consumo que é ainda utilizada para calcular o «índice de preços no consumidor» (IPC) pelo INE, e devido ao facto do peso da alimentação e bebidas ser elevado (cerca de 50% do total das despesas), a simples baixa do preço do vinho e da batata tem efeitos imediatos no índice geral.

E assim que o índice que aparece quanto à alimentação e bebidas é mais baixo que o do vestuário, o das despesas de habita-

ção e dos diversos, pelo que influencia o índice que se apresenta inferior à realidade — lembremo-nos que as rendas, que estão altíssimas, quando as há, não entram neste índice e que a própria estrutura de consumo que tem sido utilizada resulta dum inquérito anterior ao 25 de Abril e, consequentemente, está ultrapassada. A prova é estar hoje o próprio INE a proceder a novo inquérito às receitas e despesas familiares.

O Governo tomou de facto medidas que poderiam ter efeitos a nível de preços, como aconteceu com a revalorização do escudo. Mas o que se verificou, e apesar da obrigatoriedade legal que tentou ser imposta aos importadores para baixarem os preços dos produtos propor-

cionalmente à revalorização, foi os preços terem-se mantido e até aumentado, como aconteceu com os medicamentos. Assim a medida do Governo, demagógicamente apresentada com o sentido de baixas de preços foi, de facto, uma medida de financiamento dos grandes importadores e de aumento das margens de lucro destes, como o Movimento Sindical denunciou na altura.

O exemplo do café é outro escândalo descarado pois apesar do preço do café estar com baixa no mercado internacional, apesar de Portugal agora só quase importar o café

que, enquanto os salários só subiram 20% com média nos últimos dois anos, os lucros duplicaram, no mesmo espaço de tempo. O que vem dar mais razão ainda às críticas que o Movimento Sindical formulava e que o relatório do Banco de Portugal já não conseguia ocultar: são os lucros os principais responsáveis pelo aumento dos preços e esse aumento dos lucros tem sido o responsável pela deterioração brutal da parte dos salários no Rendimento Nacional (que já baixou quase para o nível de 1973), como se verifica no Quadro.

REPARTIÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO — EM % DO TOTAL

Salários	1973	1975	1979
<u>Excedente bruto da exploração</u>	44,5	59,6	46,4
Impostos indirectos	46,0	31,3	46,0
líquidos	9,6	9,1	7,6

de pior categoria, o preço no mercado interno tem subido brutalmente (+33% de Julho de 79 a Julho de 80), ou seja as margens de lucro têm aumentado cada vez mais.

O recente relatório da OCDE veio reconhecer

E, ao contrário do que era afirmado na propaganda governamental o efeito desta brutal subida de lucros não foi a subida de investimentos. Pelo contrário, o ano passado o



investimento, nomeadamente do sector capitalista privado baixou 2% em termos reais relativamente ao ano anterior.

A política do governo em favorecer deliberadamente a **reconcentração do rendimento nacional** além de ser socialmente injusta (Portugal, é de novo um dos países europeus em que a parte dos salários no P.N. é menor), põe em causa o próprio desenvolvimento económico. Tal como no regime salazarista as restrições salariais levam à diminuição do poder de compra interno, ao não aumento de consumo privado e do mercado interno e, consequentemente impedem a consolidação de uma das bases necessárias ao arranque económico: o crescimento do mercado interno, através do aumento do poder de compra, de forma a permitir a viabilização da maioria das pequenas e médias empresas que produzem para o mercado interno.

A manipulação dos impostos

Um exemplo com números claros que as medidas beneficiadas com as alterações no escalão do imposto profissional.

O trabalhador A, que ganha 14 contos por mês, pagou em 1979, 11,7 contos de imposto profissional e pagará em 1980 7,8 contos, ou seja, menos 3,9 contos no ano, o que corresponde a menos 27\$800 por mês. O Trabalhador B que ganha 72 contos por mês pagou em 1979 21,7 contos de imposto profissional e pagará em 1980, 16,2 contos ou seja, menos 5,5 contos no ano, o que corresponde a menos 4321\$50 por mês.

Por tanto as alterações no imposto profissional que o Governo decidiu levarão a um aumento ilíquido do vencimento anual do trabalhador A em 2,1% enquanto o trabalhador B verá o seu vencimento ilíquido subir 7,6%.

Também no que respeita ao imposto complementar se verifica que os mais beneficiados, com ganhos superiores a 100 contos cada, são apenas os 16.700 contribuintes abrangidos pelas maiores escalões quando a esmagadora maioria dos contribuintes (quase 90% do total) terá reduções inferiores a 8 contos.

E de notar que os partidos da «AD» recusaram na Assembleia da República elevar os escalões mínimos para estes impostos, o que seria, essa sim, a medida correcta para beneficiar os rendimentos mais baixos.

E a questão de fundo que se levanta é a seguinte: se os impostos vão aumentar, entre 1979 e 1980, de 140 para 184 milhões de contos (muito mais que a inflação), se os rendimentos maiores vão beneficiar mais acentuadamente da mudança de escalões decidida, então é porque **serão os rendimentos mais baixos a arcar com o maior peso do aumento dos impostos e da carga fiscal**, nomeadamente através do pagamento de impostos indirectos.

Política contrária ao desenvolvimento

E hoje reconhecido de forma muito clara, inclusive por técnicos de organizações internacionais, que o peso e papel do sector nacionalizado em Portugal tem uma importância decisiva para o desenvolvimento económico do País. E evidente a necessidade de rentabilizar o funcionamento, planear a actividade e programar os investimentos do sector nacionalizado cujas potencialidades para a formação bruta do capital fixo se elevam a mais de setenta milhões de contos para o ano em curso (e que poderiam ter alcançado quase 120 milhões de contos se não fossem os cortes decididos).

Pois apesar de tudo isto, ou por isso mesmo, a política do Governo tem sido de ataques sistemáticos às empresas e ao sector nacionalizado, como se constatou numa reunião das estruturas representativas dos trabalhadores realizada em 25 de Julho na sede da CGTP-IN.

Com este Governo agravam-se as formas de ataque contra o sector nacionalizado, a par das tentativas de imposição de leis inconstitucionais: nomeiam-se gestores incompetentes, ligados ao 24 de Abril; substituem-se totalmente Conselhos de Gestão, e recusa-se a entrada em funções dos gestores eleitos como representantes dos trabalhadores, de acordo com a lei aprovada pela Assembleia da República; prepara-se a desagregação de empresas nacionalizadas, de forma a criarem-se as condições para entregar as partes mais rentáveis, nomeadamente as da distribuição final ao sector capitalista; não se dá andamento aos grandes projectos de investimento de interesse nacional e decisivos para o desenvolvimento económico, nomeadamente do plano siderúrgico nacional, do aproveitamento integrado das pirites, da petrolúmica, da barragem do Alqueva, etc.; cortam-se das propostas apresentadas pelas empresas nacionalizadas os projectos de investimento mais rentáveis, por forma a permitir a entrada de multinacionais e outras empresas privadas; cortam-se subsídios indispensáveis para manter mais acessíveis os preços dos serviços públicos e para assegurar o seu melhor funcionamento; mantêm-se e agravam-se as dificuldades das empresas nacionalizadas no que se refere às políticas de preços e de crédito e encargos financeiros em que o sector privado tem sido claramente favorecido; retiram-se participações do Estado da gestão do respectivo sector para impedir a coordenação de activi-

dades e preparar a sua posterior venda, o que é inconstitucional; suspendem-se sem razão os estatutos existentes, de forma a não cumprir os deveres estabelecidos no que se refere à consulta dos trabalhadores; intimidam-se as ameaças de despedimentos e de pagamento anormal de salários; fomenta-se a acção de sindicatos elitistas e paralelos para atacar a unidade dos trabalhadores; tomam-se medidas que se divulgam nos jornais mas que não aparecem publicadas no Diário da República; não são recebidas as estruturas dos trabalhadores nem se lhes dá conhecimento das medidas tomadas, apesar da sua insistência no sentido de uma cabal informação.

O Governo não desenvolveu as acções necessárias, a nível de relações internacionais, para garantir o normal funcionamento da frota pesqueira e o aproveitamento da Marinha Mercante.

O Governo toma resoluções que pretendem impedir a contratação colectiva nas empresas públicas, transformando os Conselhos de Gerência em meros pombos-correios, sem qualquer capacidade de decisão e contrariando a lei que regula a negociação colectiva.

O plano de investimentos do sector empresarial do Estado não contempla as necessidades de financiamento dos investimentos necessários, obrigando as empresas nacionalizadas a recorrer a créditos caros por insuficiência dos capitais próprios que o Governo tem obrigação de assegurar.

Esta ofensiva é atentatória dos interesses da economia nacional, agrava as condições para o desenvolvimento económico e visa também reduzir os direitos e as condições de vida dos trabalhadores das empresas nacionalizadas que são os mais directamente afectados pela ofensiva, nomeadamente quanto à segurança e estabilidade no emprego.

A SEGURANÇA SOCIAL

Importante frente de luta contra o Governo "AD"

O Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral tem procurado através de uma intensa campanha de demagogia, para o que utiliza os órgãos de comunicação social estatizados com particular relevo para a RTP e RDP, iludir os trabalhadores e as várias camadas da população com a sua «política social».

Mas em que consiste a «política social» do Governo da «Alliança Democrática»?

As pensões de reforma

O actual governo afirma que uma das grandes opções e directrizes no campo da Segurança Social será a de proceder a ajustamentos de pensões tendo em vista a manutenção do poder de compra dos beneficiários.

Acontece que o Governo «AD» e a sua efémera maioria parlamentar aprovaram um orçamento para a Segurança Social que, no respeitante aos reformados, permitirá a partir de Maio de 1980 um aumento ponderado médio da ordem dos 3,8%, isto quando confessa que os preços ao consumidor no corrente ano serão agravados em 20%.

Assim, dos 1 322 778 reformados, com pensões de invalidez e velhice, apenas 275 616 receberam aumentos de pensão e destes 137 284 constataram variar esse «aumento» entre 10\$00 e 250\$00 e os 80 000 pensionistas de pensão social não tiveram qualquer aumento.

Quanto aos trabalhadores rurais, alvo preferencial da campanha demagógica da «AD», mais de 600 000 pensionistas com reforma no valor de 1 800\$00 não viram, no orçamento da Segurança Social da «AD», qualquer verba que contemple uma possível actualização ao seu «regime especial».

As medidas de «política social» assumidas pelo actual Governo e de entre elas o chamado passe social para a 3.ª idade, consti-

tuem forma evidente de como engenhosamente o Governo «AD» procura enganar os sectores mais desfavorecidos.

Medida justa e de há muito reivindicada pelo Movimento Sindical, foi posta em execução para os «fins-de-semana» e beneficiando exclusivamente sectores de reformados da capital.

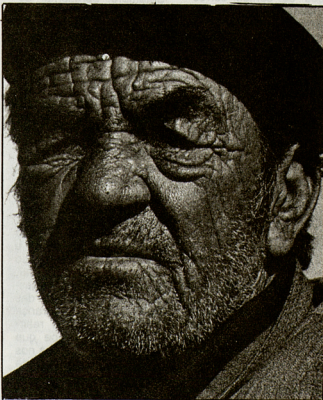
Os reformados têm necessidade dum passe social diário que inclua os fins-de-semana e tenha âmbito nacional — esta é a medida de política social justa, necessária e não demagógica que este numeroso estrato populacional exige.

No respeitante aos passes sociais o Governo Carneiro/Amaral nada deu, deformou as justas medidas propostas pelo Movimento Sindical que necessariamente abrangem a grande maioria da população trabalhadora e particularmente os estratos mais necessitados.

O abono de família

O alargamento do direito a abono de família a todas as crianças, independentemente da situação contributiva dos pais, tornou-se uma realidade desde a promulgação do Decreto-Lei 513-L/79 em Dezembro de 1979.

Quanto ao montante desta prestação, aguardava-se que fosse elevado, no corrente ano, para 400\$00 por criança, verba que desde Junho de 1979 fora proposta para cálculo do futuro orça-



mento (1980) da Segurança Social.

O Governo Carneiro/Amaral que desde a tomada de posse constantemente anunciou o aumento desta prestação, não só se tem recusado a cumprir a legislação existente, negando a 530 000 crianças um direito recentemente adquirido, como decidiu alterar o quantitativo previsto para a actualização ao abono de família.

Em vez dos 400\$00 para todas as crianças o Governo decretou que o quantitativo seria variável, 300\$00 para os casais até dois filhos, 350\$00 para o 3.º filho e os 400\$00 ape-

nas para o 4.º filho do casal...

Esta medida conduz a que na totalidade das crianças que presentemente recebem abono de família, 71% têm «aumento» mensal que não atinge os 80\$00 e destas 1 milhão e 117 mil apenas receberam um aumento de 60\$00!

As dívidas do patronato

A situação dos devedores à Previdência era, em Dezembro de 1979, correspondente a um total acumulado no valor aproximado dos 29 milhões de contos. Desta dívida 14 mi-



4
lhões de contos correspondem a 426 empresas ligadas ao grande patronato e aos monopólios, sendo de aproximadamente 2 milhões de contos a dívida do conjunto das empresas públicas.

E evidente a hipocrisia e má-fé do Governo «AD» quando ao falar das dívidas à Previdência apresenta o sector público como principal responsável.

Que se verifique efectivamente foi a sabotagem do grande patronato ao financiamento da política social dos vários governos após a Revolução de Abril.

O recente diploma promulgado pelo Governo, Decreto-Lei 103/80, mais não visa que o adiar da solução do problema, encontrando formas de financiamento necessárias ao pacote social da «AD», na banca nacionalizada e o permitir, com a transferência da dívida à Previ-

dência para a Banca, em Setembro, apresentar ao eleitorado uma situação de aparente recuperação financeira do sistema.

A participação do Movimento Sindical

A intervenção organizada dos trabalhadores, com a raiz nas suas organizações de classe, deverá ser determinante em todo o processo que conduza ao sistema de Segurança Social previsto na Constituição da República.

Os trabalhadores, como principais interessados e únicos financiadores do sistema, têm de participar, a todos os níveis, na gestão directa e efectiva das instituições de Segurança Social. O Governo reacçãoário «AD» sabe que com os trabalhadores e nos órgãos de gestão não pode concluir o seu projecto, de retorno à «caridade e obras

de misericórdia», neste campo.

O principal objectivo do Governo da aliança reacçãoária consiste no afastamento do Movimento Sindical das Comissões Administrativas das Cajas e assim, retirar aos trabalhadores o efectivo controlo da utilização das verbas que lhes são descontadas, bem como da política de protecção social.

E neste quadro que se insere todo o movimento de implantação dos chamados Centros Regionais de Segurança Social, onde se tem vindo a executar toda a política de Segurança Social a nível distrital com definição de prioridades e distribuição de avultadas verbas sem que o órgão de participação dos trabalhadores, os Conselhos Regionais, tenha tomado posse.

Mais uma vez se contraria a política constitucional que muito claramente atribui ao Movimento Sindical funções de definição da política de Segurança Social.

Aspectos da demagogia eleitoral do Governo «AD» ligadas à política social constituem, como exemplo expressivo, as questões ligadas ao Salário Mínimo e à política de Habitação.

O Salário Mínimo continua sem qualquer actualização, com prejuízo dos

sectores agrícola e industrial, muito embora o ministro do Trabalho tenha discursado sobre um dos campos em que os trabalhadores pensosamente constatam na prática a ineficácia da política de direita na resolução de um dos problemas mais sentidos e de urgente resolução e que só uma política coerente de habitação social poderá resolver.

Em conclusão, este Governo não deu resposta aos problemas mais sentidos pelos trabalhadores, empolgando demagogicamente um conjunto de medidas sociais necessárias. Estas não correspondem aos anseios da população e deformam o que de positivo fora apontado por anteriores governos e expresso na Constituição da República. Os resultados comprovam a degradação das condições de vida dos portugueses e em especial dos estratos mais desfavorecidos.

E neste contexto que se vão processar as eleições para a futura Assembleia da República, nas quais os trabalhadores terão de desenvolver as acções necessárias ao derrube da Aliança Reacçãoária, com a certeza de que só um governo verdadeiramente democrático e progressista desenvolverá a política social necessária à melhoria das condições de vida dos portugueses.

O Movimento Sindical luta, de acordo com o Caderno Reivindicativo aprovado no III Congresso da CGTP-IN, por:

I - SALÁRIOS MÍNIMOS

1. <i>Valores a reivindicar</i>	
Salário mínimo nacional (Indústria, Comércio, Serviços, Pescas)	9 000\$00
Trabalho rural	7 500\$00
Trabalho doméstico	6 100\$00

II - PENSÕES DE REFORMA

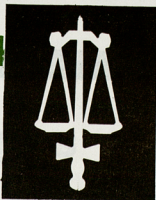
1.1 <i>Regime geral</i>	
a) Pensão mínima	4500\$00
b) Aumento para todas as pensões de valor superior a 3600\$00 e inferior a 12 500\$00, com ajustamentos técnicos nos escalões superiores	1000\$00
c) Aumento do complemento para cônjuge a cargo	300\$00
1.2 <i>Regime Especial (rural)</i>	
a) Pensão mínima	3750\$00
1.3 <i>Pensão social</i>	3750\$00
1.4 <i>Pensão de Sobrevivência</i>	3750\$00

III - ABONO DE FAMILIA

- a) Aumento do abono de família para 500\$00 aos agregados familiares cujo rendimento «per capita» seja inferior a 60% do salário mínimo nacional e aumentos menores para escalões de rendimentos mais elevados.

IV - ACTUALIZAÇÃO DE SUBSÍDIOS DIVERSOS CONCEDIDOS ACTUALMENTE PELA PREVIDÊNCIA

Tipo de subsídios	Valor a reivindicar
● Nascimento	10 000\$00
● Aleitação	800\$00
(aumento equivalente em espécie)	
● Casamento	5 000\$00
● Funeral	10 000\$00
● Suplemento p/grandes inválidos	3 000\$00
● Subsídio mensal a menores deficientes	3 000\$00



ANTEPROJECTO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO A BORDO DAS EMBARCAÇÕES DE PESCA NA PERSPECTIVA SINDICAL

A elaboração de um regime jurídico do contrato individual de trabalho que, atendendo à especificidade do sector, dê aplicação aos preceitos constitucionais e ponha termo à discriminação que continua a afectar os trabalhadores (do mar) do sector das pescas, constitui de há muito uma reivindicação sentida porestá camada da população trabalhadora.

Que o Governo tenha vindo, finalmente, apresentar um anteprojecto desse tão reclamado diploma legal corresponde indubitavelmente à força da razão que assiste aos trabalhadores (do mar) do sector das pescas. Mas, pelo seu conteúdo, o anteprojecto visa claramente iludir e enfraquecer a luta dos trabalhadores (do mar) do sector das pescas.

Não se pode considerar um progresso de legislação ou do Estado democrático o simples facto de condensar num único diploma o regime jurídico da respectiva actividade.

A profunda especificidade da pesca marítima, a heterogeneidade das artes que a compõem, o isolamento social dos seus trabalhadores, a ausência de tradições sólidas e enraizadas da contratação colectiva, não se superam com um simples diploma legal, aparentemente mais avançado e, só aparentemente, mais evoluído do ponto de vista técnico.

Os que têm vindo a ser

os pontos mais vulneráveis dos trabalhadores (do mar) do sector das pescas (por exemplo, o caso da incerteza e da fragilidade das relações de trabalho resultantes do contrato de matrícula e a frequente e abusiva intromissão das autoridades marítimas enquanto estrutura militar e militarizante no domínio das mesmas relações de trabalho), não só foram afastados pelo «Anteprojecto» da Secretaria de Estado das Pescas, como foram por ele consagrados e sublinhados.

E diga-se: a análise técnica aprofundada a que os sindicatos submeteram o «Anteprojecto», prova que esta acusação nada tem de genérica e nada tem de gratuita.

Vemos e verificamos portanto que o Regime Jurídico que, na forma de anteprojecto, foi apresentado pela Secretaria de Estado das Pescas, em nada contemplou as reivindicações dos trabalhadores do sector da pesca marítima, **reivindicações essas que deveriam ser conhecidas pelo Governo, através dos documentos-síntese dos encontros dos pescadores do Norte, Centro, Sul e Ilhas em 1979.**

Nestes encontros foram, pela primeira vez, concretizadas ideias sobre a alteração da legislação em vigor, e sobre o âmbito de aplicação e estrutura de



um regime jurídico para o trabalho a bordo das embarcações de pesca. Tal concretização apontava para que se mantivessem em vigor, (sem prejuízo de gradual e ponderado aperfeiçoamento), matérias de índole predominantemente administrativa — basicamente contidas no Regulamento da Inscrição Marítima de Matrícula e Lotações dos Navios da Marinha Mercante e da Pesca (R.I.M.) — e apontava igualmente para a definição de um regime laboral de bases gerais totalmente diferente — como é óbvio! — daquele que nos foi apresentado.

Em finais de Abril, a Secretaria de Estado das Pescas enviou, o «Anteprojecto» às associações sindicais interessadas, para

parecer, e emitir no reduzidíssimo prazo de cerca de sessenta dias. Não há, certamente, que elaborar «processos de intenções». Mas, objectivamente, tal prazo procura tirar partido de dispersão e de certas compreensíveis dificuldades de acção comum entre algumas associações sindicais do sector.

Porém, e como já num passado recente aconteceu, essas associações sindicais saberão manter-se unidas e saberão responder em defesa dos interesses fundamentais dos trabalhadores da pesca.

Mais aspectos há sobre os quais nos devemos deter: dada a já referida e profunda especificidade do



sector, bem como a grande e complexa diversidade das diferentes artes da pesca, não se poderia exigir que este «Anteprojecto» viesse a lume sem qualquer lacuna. Sobre tudo quando, como parece ter sido o caso, o **Governo não «vive» vantagens no prévio diálogo**, (necessariamente profundo para que pudesse ser honesto), **com quem vive e sente os problemas**. Por isso, o diploma da SEP acusa uma deficiente preparação técnica no que diz respeito ao conhecimento das estruturas produtivas que o verdadeiro Direito deve acompanhar. E assim é que, por muito que isso custe a crer, **o diploma foi entregue às associações sindicais sem qualquer introdução ou exposição de motivos**, quer sobre a metodologia de trabalho utilizada (talvez porque esta não tenha existido), quer sobre o conteúdo e justificação dos conceitos entregues.

E assim é, como simples exemplo, que as expressões «comandante» e «capitão» são indiferenciadamente utilizadas (quando, na verdade, se trata de conceitos diferentes), e assim é ainda a cobertura dada às situações de «pesca sazonal» — como acontece no n.º 2 do art.º 13.º —, sabendo-se, ou devendo saber-se, que tal expressão tende a confundir o trabalhador com a actividade, e constitui uma das «boias de salvação» do patronato das pescas — um dos mais arreligados reacção reaccionários do País —, sistematicamente utilizada nas

mesas de contratação colectiva para a prática de manobras dilatórias e contrárias à boa-fé negocial. São simples exemplo disso os casos de Paniche, do Bacalhau, do Cabo Branco e de Matosinhos e do Atlântico Sul, tudo a incentivar e a permitir o recurso às portarias de regulamentação do trabalho, como prática generalizada — ao invés do que a própria lei preconiza — e pressionando, o que, salvo raríssimas excepções não acontece. **A capacidade de intervenção, moderadora ou integradora, de conhecimentos técnicos e de diálogo, por parte dos órgãos do aparelho de Estado.**

Em virtude do que acima se diz, as associações sindicais representativas dos trabalhadores da pesca marítima, não só **preconizam como desde já reivindicam o debate com a Secretaria de Estado das Pescas, sobre o «Anteprojecto» que lhes foi fornecido**. Debate ponto por ponto, nos planos técnico, jurídico e político para eficaz defesa dos interesses dos trabalhadores.

Mas, as mesmas associações sindicais, afirmam desde já, e à partida, que o próprio aparelho de Estado do 24 de Abril (mesmo submetido ao monopolismo tenerrista) poderia ter «proposto», quer dizer, imposto, um texto qualitativamente idêntico em tudo e fazer a demagogia de «consultar» os «sindicatos». A diferença está em que, com o 25 de Abril, os sindicatos passaram a ter condições para defen-

der com mais afincos os interesses dos trabalhadores, também no sector das pescas.

Em suma, o «Anteprojecto» não pode ser desligado da situação sócio-política portuguesa, em que se assiste à tentativa de restaurar o 24 de Abril que, no sector das pescas, tinha o nome de tenerrismo.

E um documento dos armadores, não é um documento que possa ser defendido pelos trabalhadores.

Neste contexto, se «avanços» há no diploma, não podem ser encarados senão como o lado activo de um balanço cujos resultados de exercício são francamente negativos. Haverá sempre que mudar alguma coisa para que tudo fique como dantes.

Com o debate activo do «Anteprojecto», em termos de autêntica participação na elaboração da legislação do trabalho, as associações sindicais representativas dos trabalhadores da pesca marítima, **realizarão, como devem, a defesa dos interesses desses mesmos trabalhadores, ainda marginalizados em relação aos progressos efectuados pela legislação do trabalho e resultantes da Constituição.**

Os sindicatos pretendem ainda:

— Advertir que a aprovação de um diploma sobre esta matéria pertence à exclusiva competência da Assembleia da República;

— Insistir em que, nos termos da Constituição e da legislação aplicável, a «consulta» agora efec-

tuada não preenche o requisito de participação dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho, pelo que o projecto de diploma deverá ser publicado nos termos legais e submetido à apreciação dos trabalhadores antes de poder ser discutido e aprovado pelo órgão legislativo competente;

— Exigir a realização imediata de reuniões entre representantes e técnicos dos sindicatos e representantes do Governo, com vista a debater o «anteprojecto» em todos os seus aspectos e implicações: técnicas, jurídicas, económicas, sociais e político-sindicais. Os sindicatos esperam que o Governo não se furtar mais uma vez a discutir as motivações dos seus actos com os principais interessados.

Para o efeito, os sindicatos vão enviar ao Governo, até final de Outubro, um parecer técnico fundamentado e um anteprojecto alternativo articulado e completo, que consubstancia as reivindicações e aspirações dos trabalhadores (do mar) do sector das pescas e que, facilmente, demonstrará a sua superioridade, designadamente no plano técnico e do conhecimento da realidade sobre as soluções retrógradas e inaptas defendidas pelo Governo.

O anteprojecto dos sindicatos será enviado aos órgãos do poder e terá a maior divulgação pública.

Os sindicatos de pescadores reafirmam, por último, as reivindicações aprovadas nos encontros de pescadores do Norte, Centro, Sul e Ilhas.

Por
Jogos
de covi,
de Juli
foram
comp
outra.
veram
cialist
tria —
onde
abolir
do ho
Logo
quadr
critiz
jectivo
demo
houve
resolv
que
avante
despo
de tá
dura.
raçiais
tentati
violent
polític
no Mé
escon
bairos
balhac
trabal
condiç
Não ho
ocupar
ordem
pecula
tos de
custos
do país
nem so
Os J
1980 f
uma g
despor
zação
ventude
dos jo
mais al
nível de
pianam
tiveram
ficar p
diant
de su
símbol

OLIMPIADA 80

Os jogos da paz e do trabalho

Por muitas razões, os Jogos Olímpicos de Moscou, realizados entre 15 de Julho e 3 de Agosto, não foram uma realização comparável a qualquer outra. Pela primeira vez tiveram lugar num país socialista, portanto numa pátria — a União Soviética — onde os trabalhadores aboliram já a exploração do homem pelo homem. Logo aí foi encontrado o quadro ideal para a concretização plena dos objectivos do olimpismo moderno. Em Moscovo, não houve problemas sociais a resolver ou a violentar para que se pudesse levar avante uma realização desportiva, social e cultural de tão grande envergadura. Não houve questões raciais a lidar, não houve tentativas mais ou menos violentas, de afirmação política, não houve, como no México, que arrasou e esconder impressionantes bairros de lata onde os trabalhadores com ou sem trabalho, se amontoam em condições infra-humanas. Não houve, em suma, preocupações, sequer, de ordem económica nem especulações sobre os efeitos de uma iniciativa tão custosa sobre a economia do país que a concretizou nem sobre o nível de vida do seu povo.

Os Jogos Olímpicos de 1980 foram, deste modo, uma grande e pura festa desportiva de confraternização sem mácula da juventude mundial. O lema dos jogos — mais forte, mais alto e mais longe — foi plenamente realizado, a nível desportivo. Os atletas tiveram condições magníficas para levarem por diante as suas tentativas de superação atlética, símbolo pacífico dos pró-



Superar as barreiras, saltar para o futuro, atingir as alturas da realização humana e da justiça

rios ideais de qualquer povo: superar as barreiras, saltar para o futuro, atingir as alturas da realização humana e da justiça.

«Malassi» (muito bem) Moscovo

Os resultados desportivos, a nível geral, superaram de maneira clara, e para muitos surpreendentes, os de quaisquer Jogos Olímpicos anteriormente realizados. Não se tornou necessária, para isso, a presença de atletas que, contra a sua vontade, não puderam estar presentes. E foi pena. Porque a causa da paz saiu reforçada e muito mais sairia se os jovens dos Estados Unidos, da RFA, do Japão e de outros países tivessem ido a Moscovo. Eles

foram vítimas, aliás, do cinismo político dos inimigos da paz. Mas, a mensagem de Moscovo chegou a toda a parte, a par das proezas desportivas e do hino à fraternidade entre os povos, à cultura, à amizade.

Pouco interessará, um mês após o encerramento da Olimpíada 80, especular sobre quem ganhou e quem perdeu. Ganharam todos os que lá estiveram, em especial o chamado Terceiro Mundo, com uma participação notável. Ganhou a humanidade, e ganhou muito mais, talvez, o próprio movimento olímpico internacional que se terá salvo em Moscovo, terá ganho ali a sua maior batalha contra fortes inimigos. De qualquer modo, não poderá esquecer-se a superioridade — que se

manifestaria sempre, com americanos ou sem americanos — dos países socialistas, no cômputo geral das medalhas e das vitórias. O que em nada perturbou os concorrentes dos países capitalistas, aliás mais fortes que nunca, mais vencedores que jamais. Nunca, aliás, as medalhas olímpicas e os títulos foram distribuídos por tantos campeões de tantos países. A superioridade final dos socialistas, e nomeadamente da União Soviética e da RDA, fundamenta-se na superioridade da própria sociedade socialista, onde o trabalho, o pão, a saúde, a educação e a cultura, o desporto e os tempos livres são direitos conquistados, defendidos; são um meio natural de vida, onde a

OLIMPIADA 80

Delegação da CGTP-IN em Moscovo



A convite do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, a CGTP-IN enviou a Moscovo, para assistir aos Jogos Olímpicos, uma delegação representativa do Movimento Sindical Unitário, dirigida por Armando Telxela da Silva, da Comissão Executiva do seu Secretariado Nacional, que incluiu também José Ernesto Cartaxo, da mesma Comissão, e Américo Costa Pereira, do Departamento de Tempos Livres. Junto divulgamos a posição desta delegação face ao acontecimento.

O facto de os Jogos Olímpicos se terem realizado pela primeira vez num país socialista, de o 25 de zabril ter acontecido em Portugal e da CGTP-IN ser a única central representativa dos trabalhadores portugueses, eis três das razões fundamentais que estão na base da formulação do convite e da deslocação duma delegação oficial da CGTP-IN para assistir à cerimónia de abertura e à XXII Olimpíada de Verão, em Moscovo, a convite do CCSS.

Se à partida para Moscovo havia confiança no êxito dos Jogos, era difícil imaginar manifestações de carácter desportivo e cultural de tão alto nível e rara beleza, por vezes próximas do sonho.

Para o êxito que constituiu a 22.ª edição dos Jogos, foram da maior importância a firmeza e a dignidade dos

trabalhadores portugueses, que, defendendo o ideal olímpico, fizeram fracassar as tentativas desesperadas de boicote por parte de Carter. Para os sectores mais reacçãoários do imperialismo — com os quais o Governo «AD» fez coro, levantando toda a espécie de dificuldades aos atletas portugueses —, a realização dos Jogos no espírito do Olimpismo constituiu pesada derrota, frustrando-lhes os desígnios de regresso ao clima de guerra fria.

Esta visita permitiu ainda reforçar e desenvolver os laços de amizade existentes entre a CGTP-IN e o CCSS, assim como receber fraternais manifestações de carinho e solidariedade dos trabalhadores soviéticos para com a luta que os trabalhadores portugueses desenvolvem na defesa do Portugal de Abril.

ciência é um bem já normal, ao serviço de toda a comunidade, seja nas actividades desportivas, seja na cosmonáutica, seja em tudo o que diz respeito ao dia-a-dia dos trabalhadores.

Os Jogos Olímpicos de 1980 não empobreceram a União Soviética. Enriqueceram-na, trouxeram ao seu povo a oportunidade

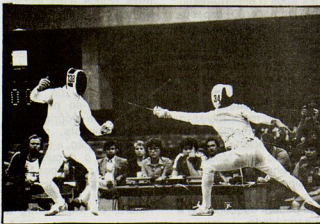
de conviver com trabalhadores de todo o mundo, de confraternizar, de mostrar a sua realidade contra a mentira da propaganda imperialista, de oferecer uma demonstração sublime e fabulosa da cultura do seu povo. As instalações construídas ou melhoradas para receber os desportistas de todo o mundo estão já ao serviço pleno dos trabalhadores

soviéticos: a aldeia olímpica é um novo bairro de Moscovo habitado por 15 mil famílias de trabalhadores, superiormente equipado; e as restantes instalações desportivas são ocupadas diariamente por milhares de desportistas de todas as idades a troco de uma mensalidade de vinte escudos.

A organização exemplar, nunca vista, dos

Jogos de Moscovo não ficou a dever-se a qualquer empresa, não foi um negócio, nem um acto de propaganda: foi uma festa como nunca houve outra igual fiel ao ideal olímpico, levada a cabo por todo um povo trabalhador cujo único objectivo era servir a causa da paz universal. E conseguiu-o.

A.P. da S.



Entendimento amizade e paz

A presença duma delegação oficial da CGTP-IN nos Jogos Olímpicos de Moscovo, embora do âmbito do intercâmbio desportivo Internacional que é prática corrente entre a nossa central e organizações sindicais de outros países, constituiu um acontecimento relevante, tendo em conta a importância dos Jogos a vários níveis. Assim, para além da posição global da referida delegação, que publicamos neste número, entrevistámos um dos membros que a integraram, Américo Costa Pereira, do departamento de Tempos Livres 'cultura, desporto e turismo) da CGTP, camarada há muito interessado no fenómeno desportivo nas suas diversas facetas.

A — Pela primeira vez uma delegação da CGTP-IN foi convidada a assistir aos Jogos Olímpicos. Que significado atribuiu a este convite?

ACP — Podemos considerar que o convite à CGTP-IN significa, acima de tudo, que os Jogos Olímpicos se realizaram num contexto histórico sem precedentes em relação ao desporto e que, para além de todas as interpretações e especulações possíveis, quer se queira quer não, é a resultante duma transformação a que se assiste não só do conteúdo mas também da forma como as relações desportivas entre estados de regime económico, social e político diferem-se estão a processar.

Tendo os trabalhadores e os desportistas soviéticos, através dos sindicatos e das sociedades desportivas, grande responsabilidade na organização e incremento do desporto na URSS e na preparação da XXII Olimpíada; mantendo a CGTP-IN as melhores relações com o Conselho Central dos Sindicatos e das Sociedades Desportivas da União Soviética, natural seria o convite e a presença duma delegação oficial da CGTP-IN nos Jogos Olímpicos de Moscovo, o que, aliás, consideramos contribuiu muito importante para o desenvolvimento das relações entre as respectivas organiza-

ções e o reforço da solidariedade entre os trabalhadores dos dois países.

A — Que impressão causou a organização dos Jogos à delegação de que fizeste parte?

CP — Uma impressão de sonho; um sonho em que nada foi deixado ao acaso e foi a demonstração da possibilidade de o homem sonhar... e concretizar o que idealizou, com a experiência de mais de seis décadas de construção do socialismo.

Essa pergunta sugere-me o poema duma canção do Manuel Freire: —Eles não sabem que o sonho... o sonho comanda a vida...». Com efeito, por um lado imagina-se quão orgulhosos e satisfeitos devem estar os atletas, dirigentes e todos aqueles que trabalharam duma forma criadora para que o mundo tivesse oportunidade de assistir e observar mais de perto os resultados das grandes conquistas do povo soviético no campo desportivo e cultural; por outro lado deparase-nos a atitude dos seus detractores, sobre o que aproveitamos para fazer um reparo: quando chegámos a Portugal, tivemos conhecimento de declarações do sr. Freitas do Amaral que, embora não podendo ofuscar a grandiosidade da abertura dos Jogos, significava a incompreensão de que a resultante dos milha-

res de acções, empenhamentos e realizações, não é mero somatório mas um produto dos esforços individuais e colectivos organizados. Teria Freitas do Amaral afirmado ser a cerimónia inaugural destes Jogos «um exemplo da excessiva organização e falta de liberdade de um sistema totalitário». E não ser capaz de entender a mensagem de grandiosidade, beleza, actualidade, juventude, esperança, paz e futuro já contida no Micha e no símbolo oficial que imortalizarão a XXII Olimpíada de Verão.

Numa palavra, é preciso não entender o Olimpismo, o desporto e a própria vida.

Quanto a nós, o facto de não se entender a vida já é grave. Mas quando, para além disso, leviana e irresponsavelmente se fazem afirmações deste jazer, tentando pôr em causa a enorme capacidade criadora e de organização dum povo, como o soviético, então já não é só não se entender a vida...! E estar-se contra a própria vida... e isso é gravíssimo.

Perante afirmações como essas vindas de membros de um Governo que tentou por todos os meios, e contra os interesses dos nossos desportistas, do nosso povo, bolcortar a ida dos atletas portugueses aos Jogos Olímpicos de Moscovo, os trabalhadores portugueses que



AMÉRICO COSTA PEREIRA, do Departamento de Tempos Livres da CGTP-IN, que integrou a delegação oficial.

ainda tiveram dúvidas, também agora através do Desporto, ficariam completamente esclarecidos sobre a filosofia de vida e o que, na realidade, pretendem os senhores da «AD».

Mas a realidade está à vista. Interpretando o significado profundo do incomensurável valor que o desporto representa para o desenvolvimento e a formação do povo soviético e de toda a humanidade, milhares e milhares de trabalhadores, dirigentes desportivos, sindicais e políticos, e técnicos dos mais variados ramos, empenharam-se durante os quatro últimos anos na maior realização desportiva contemporânea.

Correspondendo à etapa actual do desenvolvimento desportivo planificado da URSS, ou seja, a passagem do desporto de massas, a desporto para todos a nível nacional, a XXII Olimpíada pós à prova a capacidade empreendedora e organizadora dos povos da URSS.

Como é já do conhecimento geral, independentemente da realização dos Jogos Olímpicos, todas as infra-estruturas criadas para o efeito — aldeia olímpica, cadeia de hotéis, complexos desportivos, etc. — correspondiam às previsões no plano de desenvolvimento de 1976 para os anos seguintes.

Se os Jogos Olímpicos

de Moscovo tiveram o brilhantismo e a solenidade que tiveram; se a Olimpíada/80 não foi capaz de nos transmitir uma autêntica mensagem de Olimpismo, de amizade e de paz, isso sucede precisamente porque se realizou numa fase de salto qualitativo na OJSS, do desporto de massas, para o desporto a nível nacional.

A - Porque consideramos que os Jogos Olímpicos são um contributo importante para a Paz?

CP - O Olimpismo, apesar das vicissitudes, sobreviveu como doutrina e movimento e as preocupações educativas de Pierre de Coubertin estão na ordem do dia, naturalmente enriquecidas pela experiência e investigação científica em todos os campos do terreno desportivo.

Uso universalmente reconhecido como factor importante no processo do desenvolvimento das capacidades humanas, o desporto, fenómeno social e político relevante na actualidade, beneficia da Revolução de Outubro de 1917 e de todas as transformações nos domínios económico, social e político que se operaram nos países socialistas.

Nem a última guerra mundial contra o nazi-fascismo, em que morreram várias dezenas de milhões de pessoas, travou o desenvolvimento desportivo cujo reflexo - mesmo nos países capitalistas - deu origem à popularização de várias modalidades. Por outro lado, a par do progresso técnico-científico, económico, social e político, amplas camadas de trabalhadores se iniciaram na prática desportiva dando origem a uma verdadeira democratização do desporto e modificando o próprio conteúdo das mesmas, mesmo do desporto de alta competição.

O facto de os trabalhadores aparecerem com frequência nas provas mais qualificadas a nível mundial e os resultados obtidos, conduziram inevitavelmente ao desaparecimento do elitismo de classe próprio do passado no campo desportivo, altera nos dirigentes, treinadores, árbitros, atletas e público, perspectivas vastas e retrogradadas de encarar o desporto e a sua prática.

Se outro argumento não existisse, para nos estes seriam mais do que suficientes para compreender, desde a resistência das forças políticas reaccionárias e as tentativas de boicote de Carter as Olimpíadas de Moscovo.

Os Jogos Olímpicos servem de interesses da humanidade e tanto a sua preparação, como a sua realização, envolvem amplas sectores da população mundial. De quatro em quatro anos realizar as Olimpíadas é trabalhar para elas, continuar a lutar para a aproximação entre os povos, independentemente do domínio económico, social, político e dos respectivos governos.

O Olimpismo na época actual corresponde no essencial às ideias progressistas, de educação e formação do homem através do desporto, da lealdade, da amizade e da coexistência pacífica entre os povos. Na era nuclear, lutar pela sobrevivência dos Jogos Olímpicos é defender o futuro da humanidade e manter de pé uma das plataformas mais válidas de emendamento, amizade e de paz.

A - Parece que o boicote Carter, que resultou na ausência de algumas delegações, tenha afectado o nível das provas?

CP - É evidente que nos Estados Unidos, na Alemanha Federal, na Itália, no Canadá e na Grécia, existem atletas de nível que levam a sério a preparação de certas provas desportivas da XIII Olimpíada de verão, ganhando com a sua presença em Moscovo.

No entanto, sem pôr em causa o nível dos atletas que estiveram ausentes e a importância que adviria

para os Jogos da sua presença em Moscovo, penso que não devemos falar propriamente em boicote Carter pois globalmente o nível das provas não foi afectado. Os números falam eloquentemente - 170 recordes olímpicos foram ultrapassados, 241 foram ultrapassados, 241 em competições com os melhores atletas do mundo, 240 atletas que se patenteiam 70 marcas olímpicas e 95 mundiais. A prova disputada em Moscovo foi o primeiro jogo de futebol de campo a nível mundial, disputado por Mark Savelier, treinador da selecção alemã, que não participou e foi especial para aqueles que pediram a grande oportunidade de sua vida.

A - comenta a participação dos atletas portugueses?

CP - Não me dá qualquer ideia sobre os resultados das marcas olímpicas dos nossos atletas. Não se pode esperar um resultado excepcional, a participação de um atleta nos Jogos Olímpicos revela um nível elevado mesmo um autêntico desportista, em condições de interpretar na vida a sua excepção do termo.

Penso que em relação a esse dos nossos atletas que participaram estarão neste momento em melhores condições do que eu para se pronunciarem. De qualquer modo e não sendo esse o verdadeiro objectivo da pergunta, creio poder afirmar que se no aspecto desportivo a participação dos atletas portugueses foi bastante positiva dum modo geral, para os atletas de alta competição muito importantes os contactos internacionais.

No nosso caso isso não se pode dizer, pois não se sabe que se os atletas portugueses organizados os Jogos de 1976 e 1980, em Maio, de 1976, não foram convocados, e sempre que possível envia os melhores trabalhadores que se exercitavam nas provas que temos organizado a nível nacional. Aquelas provas, contando com a presença de atletas de elevado nível,

têm possibilitado o contacto desportivo internacional, sempre tão necessário, aos nossos atletas. Todos sabemos que o deficiente apoio oficial não permite às Federações Desportivas por si só, grandes votos neste terreno.

Pensamos que os atletas portugueses que não aproveitaram estas oportunidades, ficaram pouco à vontade para se lamentarem no futuro.

Dentro desta perspectiva encaramos a participação dos nossos desportistas nos Jogos Olímpicos de Moscovo como a última oportunidade da sua vida, de participarem como atletas na mais importante realização desportiva a nível mundial. Não sabemos se os atletas portugueses tiveram oportunidade, tal como nós, de assistir àquela notável cerimónia de abertura do dia 19 de Julho, cujo espectáculo, de difícil igualdade, de música e movimento, é tudo a quanto um jornalista pode ansiar assistir. De qualquer forma, quero aproveitar para saudar os atletas, treinadores, dirigentes e árbitros que, fiéis ao espírito olímpico sentido em Moscovo, soberam estar à altura das suas responsabilidades, apesar de todas as pressões e dificuldades de sinal contrário do Governo reaccionário de Sá Carneiro e Freitas do Amaral. Interpretando o sentir da maioria dos atletas desportistas, dos trabalhadores e do povo português, a presença da delegação desportiva portuguesa em Moscovo e a sua participação na Olimpíada/80, não só salvou o Desporto português, mas também quem o segurava para não desaparecer, como correspondeu ao alto sentido de responsabilidade assumido pelos membros do Comité Olímpico Português que com a participação histórica, soberam manter o respeito nacional e internacional pelas organizações desportivas, atletas e desportistas do nosso país.

o con-
terna-
neces-
atletas.
o de al não
rações
si sós,
te ter-

s atle-
e não
oportu-
ouco à
menta-

rspec-
partic-
espor-
mpicos
mo a
de da
iparem
ais im-
o des-
mundial.
atletas

n opor-
nós, de
vidável
ura do
ujo es-
lmente

ística e
do a
portista
tir. De

quero
udar os
s, diri-
e, fiéis
sentido

uberam
as res-
esar de
e difi-

ontrário
cionário
elitas do

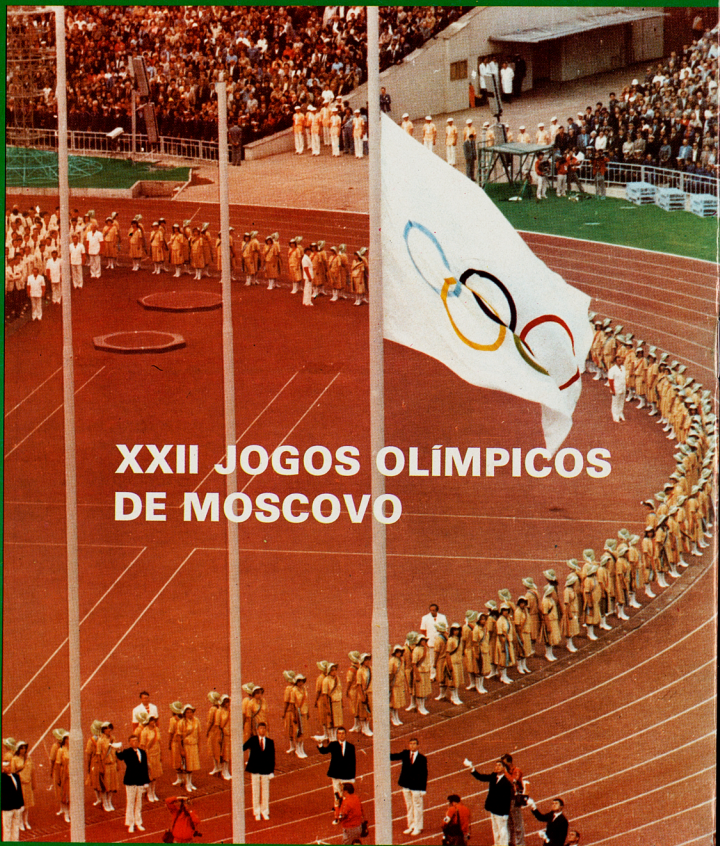
ndo o
os atle-
as, dos
o povo

nça da
nva por-
vo e a
na

o sal-
rtuguês
nem o
parecer,

u ao alto
nsabili-
o pelos
é Oím-
e com a
istórica,
o res-
terna-
izações
e des-
pais.





**XXII JOGOS OLÍMPICOS
DE MOSCOVO**